



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.sp.gov.br

SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2006

I. MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas,

A Administração da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006.

A EMAE enfrentou forte redução de seu faturamento em 2006. Vários fatores colaboraram para esta redução, entre eles:

- a extinção gradual dos Contratos Iniciais que, em 2005, ainda apresentavam 25% dos volumes originalmente contratados, a tarifas mais elevadas que os preços obtidos no Leilão de Energia Existente, realizado em dezembro de 2004, já que, neste leilão, havia sobre-oferta de energia em relação ao mercado consumidor;
- impossibilidade de comercialização, em Leilões de Energia de Novos Empreendimentos (a chamada "Energia Nova"), da energia de origem térmica, oriunda da Usina Termoelétrica Piratininga. A energia desta Usina está classificada como Energia Existente (a chamada "Energia Velha"), onde os preços máximos de leilão, fixados pelo órgão regulador e voltados para hidrelétricas, são muito inferiores aos custos de uma usina térmica, especialmente em função do preço do combustível. O novo marco regulatório do setor elétrico não deu tratamento adequado às Usinas Termoelétricas vinculadas à antiga CCC - Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis, pois não previu dispositivos que permitam tratamento financeiro para a disponibilidade da usina e sua relevância para o sistema elétrico interligado.

Por outro lado, a EMAE tem a totalidade de sua energia de origem hidráulica vendida sob contrato, já tendo comercializado, no primeiro leilão de "Energia Nova", ocorrido em dezembro de 2005, a energia decorrente da ampliação da Usina de Porto Góes, totalizando 10 MW médios a partir de 2008, 2009 e 2010, e, durante o ano de 2006, concretizou a venda para consumidores livres, de 13,6 MW médios em 2007, de 9,6 MW médios para 2008 e de 9,1 MW médios para 2009.

Em 2006, o incremento de receitas, obtido com: (i) a prestação de serviços a terceiros, oriundos principalmente da operação e manutenção da Usina Termoelétrica Nova Piratininga (atual Usina Termoelétrica Fernando Gasparian) e das reformas efetuadas em estruturas de propriedade do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE; (ii) a remuneração pelo atendimento às necessidades do sistema elétrico interligado, através da geração de energia reativa na Usina Henry Borden; (iii) os despachos da Usina Termoelétrica Piratininga pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS de cerca de 20 MW médios até agosto de 2006, por questões elétricas, contabilizados e liquidados mensalmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE como Encargos de Serviços do Sistema; e outras ações emanadas da Administração, não foram suficientes para atingir o equilíbrio econômico-financeiro no exercício.

Diante deste cenário a EMAE vem atuando fortemente para restabelecer as condições operacionais de seus principais ativos, mantendo negociações com a Petrobras para um novo modelo de negócio adequado à gestão conjunta dos empreendimentos fisicamente interligados e relacionados, motivado pela necessidade de se adotar uma solução adequada para a exploração plena das Usinas Termoelétricas Piratininga e Fernando Gasparian, em vista da mencionada impossibilidade de comercializar a energia elétrica produzida com as regras do atual modelo setorial; bem como tomando as medidas necessárias para realizar os testes no sistema de flotação, conforme acordo com o Ministério Público, para tratar 10m³/s das águas do Rio Pinheiros, possibilitando uma geração adicional de 59MW médios na Usina Henry Borden, em Cubatão.

II. O SETOR ELÉTRICO

Ambiente Regulatório

Em 1995, o Governo Federal iniciou a reestruturação do setor elétrico com o objetivo de implementar, gradativamente, a substituição de um mercado verticalizado e controlado, por um sistema de livre formação de preços, regido pela livre concorrência. Para introduzir a concorrência nesse setor, algumas medidas foram adotadas, propiciando (i) o fim do monopólio do Estado, através da implementação de política de privatização; (ii) a criação da ANEEL; (iii) a desverticalização do setor elétrico, com a separação das atividades de geração, transmissão e distribuição; (iv) a ampliação do número de Consumidores Livres; (v) a criação da figura do Produtor Independente; (vi) a ampliação da atuação do autoprodutor; (vii) a possibilidade de livre oferta de energia elétrica necessária para fornecimento a seus consumidores cativos; e (iii) o Ambiente de Contratação Livre - ACL, que compreende a compra e venda de energia elétrica livremente negociadas entre concessionárias geradoras, produtores independentes de energia elétrica, auto produtores, comercializadores de energia elétrica, importadores de energia elétrica e consumidores livres.

Este modelo foi rediscutido no âmbito do Governo Federal durante o ano de 2003, tendo sido introduzidas alterações significativas na sua orientação, de modo que o modelo atualmente vigente no Setor Elétrico foi instituído pelo Governo Federal por meio da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, posteriormente regulamentada através de diversos decretos, dentre os quais destaca-se o Decreto 5.163, de 30/07/2004, que regulamento a comercialização de energia, o processo de outorga de concessões e definiu as bases dos leilões de energia. As operações de compra e venda de energia elétrica são realizadas em dois diferentes segmentos de mercado: (i) o Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde as distribuidoras compram, por meio de licitações, toda a energia elétrica necessária para fornecimento a seus consumidores cativos; e (ii) o Ambiente de Contratação Livre - ACL, que compreende a compra e venda de energia elétrica livremente negociadas entre concessionárias geradoras, produtores independentes de energia elétrica, auto produtores, comercializadores de energia elétrica, importadores de energia elétrica e consumidores livres.

Mercado de Energia Elétrica

O total de energia elétrica consumido por consumidores livres e cativos no país alcançou 258.535 GWh, no acumulado até setembro de 2006, significando um aumento de 3,8% sobre o mesmo período do ano anterior. Considerando o resultado acumulado em 12 meses findos em setembro, a taxa do consumo total encontra-se em 3,7%, conforme Boletim Trimestral de Acompanhamento de Mercado de Energia Elétrica e da Economia realizado em dezembro de 2006 pela EPE - Empresa de Pesquisa Energética.

A perspectiva para o ano de 2007 é que o mercado de energia elétrica tenha um crescimento superior ao de 2006, atingindo cerca de 5%, não somente pelo comportamento de recuperação apresentado nos últimos meses do ano como também por um esperado dinamismo da economia brasileira, com expectativa de uma taxa de crescimento superior ao observado em 2006.

Outra característica do mercado em 2006 foi a continuidade da migração de consumidores do mercado cativo para o mercado livre, que já representa um consumo de 25% do mercado total brasileiro.

A capacidade instalada das principais concessionárias de geração no Estado de São Paulo, em 2006, foi de 14.495,50 MW, correspondendo a aproximadamente 15,0% do total da capacidade instalada no Brasil (96.934,00 MW). A EMAE possui uma capacidade instalada de 1.421,44 MW, respondendo por cerca de 9,7% da capacidade instalada no Estado de São Paulo e cerca de 1,5% do Brasil.

No ano de 2006, a geração de energia elétrica no Estado de São Paulo foi de 68.140 GWh (62,7% das necessidades do Estado, 108.713 GWh) representando um acréscimo de 5,6% sobre o total gerado no mesmo período de 2005.

III. A EMAE E SEU MERCADO

Sistema Energético Operado pela EMAE

O complexo hidroenergético do Alto Tietê, sob concessão da EMAE, tem como principal característica permitir o uso múltiplo dos recursos hídricos existentes na bacia hidrográfica em que está localizado. Construído ao longo da primeira metade do século passado com o objetivo principal de gerar energia, foi assumindo, ao longo do tempo, outros importantes usos como a preservação de água para abastecimento público, o controle de cheias, o saneamento da bacia e o lazer. Esse complexo está centrado na Usina Hidroelétrica Henry Borden e nos reservatórios Billings e Pedras, que a abastecem. O sistema hidroenergético é constituído também pelas barragens de Pirapora e Edgard de Souza, no Rio Tietê, e pela Estrutura de Retiro e pelas usinas elevatórias de Traição e Pedreira, no Canal Pinheiros, além do reservatório e Canal do Guarapiranga.

A EMAE dispõe, ainda, no Médio Tietê, de duas pequenas usinas hidroelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto. No Vale do Paraíba, município de Pindamonhangaba, há a UHE Isabel.

A EMAE é também proprietária da Usina Termoelétrica Piratininga localizada na Região Metropolitana de São Paulo, e tem participação na Usina Termoelétrica Nova Piratininga (atualmente denominada Fernando Gasparian), movida a gás natural, em parceria com a Petrobras.

Diferencial Estratégico

O parque gerador da EMAE encontra-se estrategicamente localizado junto a duas importantes regiões metropolitanas do país, a de São Paulo e a da Baixada Santista, dispensando o uso de extensas linhas de transmissão para o transporte dessa energia, com consequente aumento do grau de confiabilidade desse suprimento. Esta característica possibilita também o atendimento, quando em situações de emergência, de cargas prioritárias na região metropolitana, como hospitais, metrô e vias públicas, dentre outras, contribuindo, dessa forma, com a manutenção da ordem e da segurança pública.

Mercado Atendido pela EMAE em 2006

A EMAE efetuou suprimento de energia elétrica a 35 distribuidoras do Brasil, participantes do "Primeiro Leilão de Energia Existente" realizado em dezembro de 2004, conforme CCEAR's - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, sendo 85 MW médios no produto 2005-2012, comercializados a R\$ 60,84 por MWh e 33 MW médios no produto 2006-2013, a R\$ 69,21 por MWh. Foram também supridas 7 distribuidoras participantes do "Terceiro Leilão de Energia Existente" realizado em outubro de 2005, no montante total de 3 MW médios correspondentes ao produto 2006-2008 a R\$ 63,24 por MWh.

A EMAE forneceu ao consumidor livre Paramount Têxteis Indústria e Comércio S.A. (antiga Karib Indústria e Comércio Ltda.) 5 MW médios a R\$ 60,00 por MWh, para o período de 01/01/2006 a 31/12/2006, em continuação ao contrato iniciado em 01/07/2004.

Comercialização de Energia e a Participação da EMAE nos Leilões de Energia

Em 2006 foram realizados cinco leilões de energia que objetivaram atender a demanda futura das distribuidoras do país, no denominado ACR - Ambiente de Contratação Regulada. Um desses leilões foi destinado exclusivamente à chamada "Energia Existente", dois leilões envolveram a energia de novos empreendimentos (a chamada "Energia Nova"), nos quais foram permitidas a participação de usinas existentes denominadas "Botão"; e dois leilões de Ajustes.

No 2º Leilão de Ajustes ocorrido em 01/06/2006 a EMAE participou, porém não realizou negócio. O resultado em total demandado, preços médios por submercado e durações de contratos, para cada um dos tipos de lotes, foram:

- NORDESTE 2,5 MW médios - 03 meses - 29,12 R\$/MWh
1,5 MW médios - 06 meses - 34,39 R\$/MWh
- NORTE 13,5 MW médios - 06 meses - 45,63 R\$/MWh

A EMAE não participou no 2º Leilão de Energia Nova, ocorrido em 29/06/2006, onde foram negociados 1.992 MW médios ao preço médio ponderado de 128,95 R\$/MWh, sendo de origem hidráulica 1.029 MW médios ao preço de 126,77 R\$/MWh, com duração de 30 anos e de origem térmica 654 MW médios ao preço de 132,38 R\$/MWh, com duração de 15 anos. O preço marginal do leilão foi de 134,42 R\$/MWh.

Em 28/09/2006 a Comercializadora de Energia Elétrica Ltda - COMERC realizou o Leilão de Compra nº 07/2006, para atendimento ao consumidor Paramount Têxteis Indústria e Comércio S.A., onde a EMAE vendeu 5,6 MW médios para os períodos descritos na tabela abaixo.

PERÍODOS	PREÇO (R\$/MWh)
I 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007	81,50
II 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008	95,80
III 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009	105,80

A EMAE não participou no 3º Leilão de Ajuste, ocorrido em 29/09/2006, onde foram negociados 10 MW médios no submercado Nordeste, ao preço de 73,96 R\$/MWh, com duração de 3 meses, nem no 3º Leilão de Energia Nova, ocorrido em 10/10/2006, onde foram negociados 1.104 MW médios ao preço médio ponderado de 128,90 R\$/MWh, sendo de origem hidráulica 569 MW médios ao preço de 120,86 R\$/MWh, com duração de 30 anos e de origem térmica 535 MW médios ao preço de 137,44 R\$/MWh, com duração de 15 anos. O preço marginal do leilão foi de 138,90 R\$/MWh.

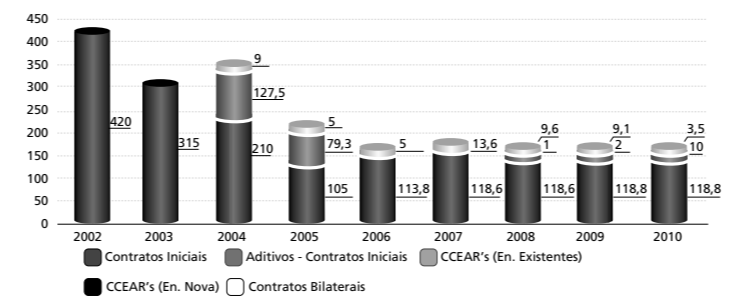
Em 13/10/2006 a DIFERENCIAL Comercializadora de Energia Ltda realizou o Leilão de Compra de Energia Elétrica nº 02/2006, onde a EMAE vendeu 8 MW médios para os períodos descritos na tabela abaixo.

PERÍODOS	PREÇO (R\$/MWh)
I 1º de janeiro de 2007 a 30 de abril de 2007	110,00
II 1º de maio de 2007 a 31 de dezembro de 2007	110,00

A EMAE não participou também no 5º Leilão de Energia Existente, ocorrido em 14/12/2006, onde foram negociados 204 MW médios ao preço médio ponderado de 104,74 R\$/MWh com duração de 8 anos.

Nos leilões citados, a participação da EMAE limitou-se à oferta de energia da parcela de sua disponibilidade de origem hidroenergética. A energia de origem térmica, da UTE Piratininga, não obteve preços compatíveis com seus custos no leilão de "Energia Existente". No leilão de "Energia Nova", embora os preços se apresentassem atrativos para as térmicas, a UTE Piratininga não se enquadrou nos critérios de habilitação.

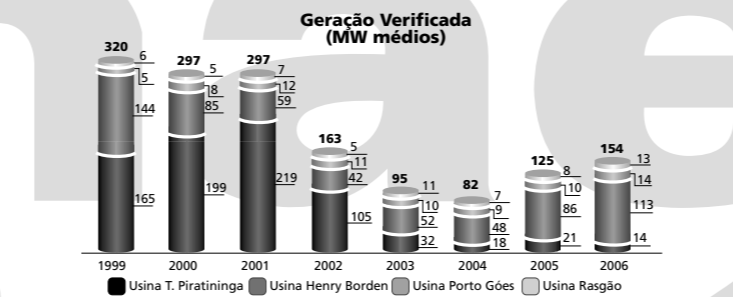
O gráfico seguinte ilustra a alocação da energia comercializada pela EMAE (MW médios).



Desempenho da EMAE

A EMAE opera a usina UHE Henry Borden, as pequenas Usinas do médio Tietê e a Usina Termoelétrica Piratininga, obedecendo ao despacho centralizado comandado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, responsável pela operação otimizada do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Em 2006, as usinas da EMAE produziram 1.351,92 GWh (154 MW médios), montante superior ao verificado em 2005. No gráfico a seguir estão discriminadas as gerações verificadas, nos últimos anos:



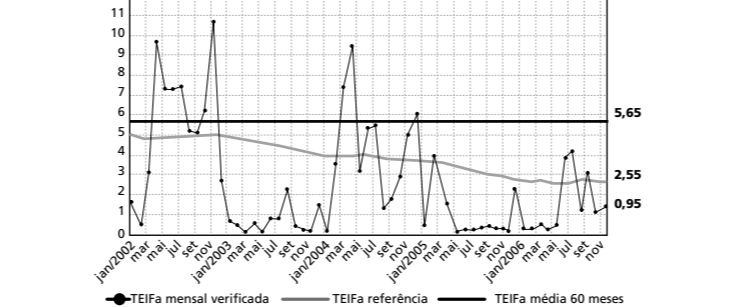
A baixa geração verificada na Usina Termoelétrica Piratininga, a exemplo do verificado em 2005, ocorreu em função da redução das demandas do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, por restrições elétricas, aliada ao impacto do término da Conta de Consumo de Combustíveis, mecanismo que promovia o ressarcimento dos custos dos combustíveis fósseis das térmicas (Decreto Federal nº 73.102, de 07/07/1973) e que elevou o custo de produção a partir de 01 de janeiro de 2006 (Lei Federal nº 9.648, de 27/5/1998 e Resolução ANEEL nº 261, de 13/8/1998), e à indisponibilidade de gás natural como insumo de produção, a partir do segundo semestre de 2006. Em função das regras de comercialização vigentes, a usina permanece sem ter sua energia contratada.

A geração mais elevada na UHE Henry Borden deve-se às solicitações do ONS para redução de déficits de geração no SIN e foi possível devido à melhor situação de armazenamento do Reservatório Billings.

Taxa de Desempenho das Unidades Geradoras

A tabela a seguir mostra o desempenho das unidades geradoras com índices abaixo da referência medidos nos últimos 60 meses.

TEFA - Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada Apurada - EMAE (janeiro/2002 a dezembro/2006)



Essa evolução no desempenho resulta do esforço das equipes de manutenção, treinamento e planejamento adequados, além da melhoria dos serviços realizados com recursos próprios, atingindo excelente nível de qualidade.

Hidrologia

Os índices pluviométricos e as vazões afluentes ao sistema Tietê-Pinheiros, operado pela EMAE, apresentaram, no ano de 2006, valores ligeiramente superiores às médias históricas.

A chuva média acumulada em 2006 foi de 1.447 mm na rede de 14 postos pluviométricos utilizada na operação do sistema hidráulico da EMAE.

As vazões afluentes aos reservatórios Billings e Pedras, responsáveis pela alimentação da Usina Henry Borden, apresentaram valores próximos à média histórica em 2006. O Reservatório Billings, que iniciou 2006 com 70,8% de seu volume útil, atingiu o máximo de 91,3% em abril, e encerrou o ano com armazenamento de aproximadamente 66%.

O bombeamento das águas dos rios Tietê e Pinheiros para o Reservatório Billings é feito em conformidade com a Resolução Conjunta SEE-SMA-SRHIO 1, de 13/03/96. Em 2006, ocorreram 36 eventos de bombeamento na Usina Elevatória de Pedreira, todos para o controle de cheias, totalizando 208 horas de bombeamento no ano. A média anual da vazão bombeada correspondeu a 5,9% da vazão afluente ao Rio Tietê em Edgard de Souza.

IV. EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO

Modernização e Ampliação da UTE Piratininga

A Usina Termoelétrica Piratininga, com 472 MW de Potência Instalada, é construída entre 1954 e 1960, continua sendo de grande importância para o sistema elétrico. Desde 1999, a EMAE vem desenvolvendo ações para modernizar a usina e prolongar a sua vida útil destacando-se, neste contexto, a transformação de três de suas caldeiras para queima de gás natural em substituição ao óleo combustível, o que propiciou reduções de custos e melhorias ao meio ambiente.

Além da modernização, com a respectiva troca de combustíveis, uma parceria entre a EMAE e a Petrobras, firmada em 2001, viabilizou a introdução do ciclo combinado, tecnologia que permitirá a obtenção de sensíveis reduções de custos e ganhos de eficiência no processo térmico. No dia 31/12/2004, as quatro turbinas a gás da UTE Nova Piratininga (atual Fernando Gasparian) receberam declaração de operação comercial, com 400 MW de Potência Instalada.

Em março de 2006 foram concluídos os comissionamentos das unidades 3 e 4, operando em ciclo combinado com as caldeiras de recuperação das turbinas a gás da UTE Fernando Gasparian, com resultados positivos na qualidade das emissões e melhoria de cerca de 70% na eficiência dos ciclos. Em maio de 2006 foram concluídas as obras de modernização da estação de desmineralização de água para as caldeiras. Encontra-se licenciada uma possível expansão do empreendimento (Licença Ambiental Prévia nº 00846, emitida em 20/06/2005), que, se executada, viabilizará a elevação da potência instalada conjunta para 1.097,6MW, com idêntica melhoria de eficiência.

As modificações introduzidas pela Lei nº 10.848, de 15/03/2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica pelos agentes de geração, estabeleceram que a

energia proveniente de empreendimentos existentes (chamada "energia existente") fosse comercializada separadamente daquela proveniente de empreendimentos novos (chamada "energia nova"). Além disso, permitiu que usinas construídas a partir de 2000, que não tivessem contratado sua energia até 16 de maio de 2004, pudessem comercializar sua energia como nova, como é o caso da UTE Fernando Gasparian.

Assim, houve um "descasamento" entre a comercialização da UTE Fernando Gasparian e da UTE Piratininga. A comercialização da energia produzida pelas unidades 3 e 4 da UTE Piratininga ficou dependente da estratégia da Petrobras em relação a UTE Fernando Gasparian no que se refere aos contratos de suprimento de combustível. Esse problema ficou evidente pela recusa, por parte da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, em aceitar a inclusão da UTE Piratininga na intenção de venda da EMAE, para o 1º leilão de energia existente (realizado em 07/12/2004).

Apesar de todos os esforços empreendidos pelas duas Empresas e dos investimentos feitos pela Petrobras, o novo marco regulatório do setor elétrico, inviabilizou a operação da UTE Piratininga, mesmo em ciclo combinado. Segundo a regulamentação vigente, a UTE Piratininga, pode comercializar energia apenas por meio dos leilões de energia existente, cujo preço máximo fixado pelo órgão regulador é muito inferior aos custos da usina, especialmente em função do preço do combustível.

Por outro lado, a UTE Fernando Gasparian pode comercializar energia nos leilões de energia nova, cujo preço é maior, mas que também não remunera a operação em ciclo aberto, ou seja, sem o ciclo combinado que interliga duas usinas apenas operacionalmente, mas que são obrigadas a comercializar sua energia a preços diferentes, que não as remunera, perdendo, assim a vantagem da maior eficiência do ciclo combinado.

Diante deste cenário, desde 2004 as empresas têm mantido negociações para a necessária gestão em busca de um novo modelo de negócio que seja adequado à gestão conjunta desses empreendimentos, em função da necessidade de se adotar uma solução urgente para a exploração da UTE Piratininga, tendo em vista a situação de desequilíbrio econômico-financeiro da EMAE, em especial causada pela impossibilidade de comercializar a energia elétrica gerada pelas regras legais vigentes trazidas pelo atual modelo setorial.

Sistema de Melhoria da Qualidade das Águas Afluentes ao Canal Pinheiros

Visando viabilizar a implantação de um sistema que possibilite a melhoria das águas afluentes da bacia do Alto Tietê e Canal Pinheiros, foi assinado, em 2001, um Convênio entre a EMAE, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB que resultou na definição da tecnologia denominada "Flotação em Fluxo". A medida atende ao artigo 46 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de São Paulo, que proibiu o bombeamento de águas poluídas para o Reservatório Billings. A intenção da legislação é a preservação do manancial, implicando, necessariamente, na exigência da melhoria da qualidade das águas a serem lançadas no reservatório através do sistema de reversão.

Além da despoluição do Rio Pinheiros, o projeto vai trazer outros benefícios, como a melhoria da qualidade da água a ser utilizada para abastecimento público no reservatório Billings e na Baixada Santista, aumento da oferta de energia, redução dos efeitos provocados pela cunha salina no Rio Cubatão e redução da carga poluidora encaminhada para a região do Médio Tietê.

A instalação do sistema de flotação, em parceria com a Petrobras, já dispõe de duas estações de tratamento, localizadas nos cinco quilômetros finais do Canal, que terão capacidade de tratar uma vazão de 10m³/s, correspondendo a uma geração adicional bruta de 59MW médios na Usina Henry Borden, em Cubatão. Essa primeira etapa de despoluição das águas do Rio Pinheiros, cujas obras foram concluídas em meados de 2003, permitirá a obtenção de subsídios técnicos ao projeto de despoluição, que se pretende implantar em todo o rio.

O projeto foi suspenso em 15/07/2003, por intermédio do Ofício nº 1292/03 de 12/07/2003, emitido pelo Juiz da 13ª Vara da Fazenda Pública, informando sobre a concessão de Liminar, com base no termo inicial do Ministério Público, datado de 04/07/2003, que propõe Ação Civil Pública, com pedido de liminar, contra o sistema de flotação.

A EMAE tem lançado mão de todos os recursos legais para implementar seu projeto sendo que, em 2006 foi protocolada na Secretaria de Estado do Meio Ambiente, o Plano de Trabalho para execução do EIA-RIMA do empreendimento para a etapa final do projeto, que prevê a implantação de mais cinco estações de tratamento, a serem construídas ao longo dos 25km do Canal Pinheiros, com capacidade para tratar mais 40m³/s e adicionar mais 239 MW médios na Usina Henry Borden. Uma das etapas do EIA-RIMA, é a realização do teste para 10 m³/s, dentro do acordo com o Ministério Público.

Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs

No atual cenário do setor elétrico, a expansão da demanda de energia, o baixo impacto ambiental e o benefício tarifário das Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs aumentaram significativamente a atratividade destas usinas. Neste enfoque, foram intensificados, ao longo do ano, estudos e obras objetivando expandir a oferta de energia elétrica a curto e médio prazo, através da expansão das Pequenas Centrais Hidroelétricas existentes e o investimento em novos empreendimentos.

Dessa forma, a EMAE realizou o inventário do rio Tietê, aprovado pela ANEEL, compreendendo o trecho entre a confluência do Pinheiros ("Cebolão") e a Barragem de Barra Bonita, e identificou vários aproveitamentos hidroelétricos relacionados a seguir:

- Implantação de PCH na atual Barragem de Pirapora**
Construção da usina junto à Barragem de Pirapora, com capacidade de 25 MW na modalidade PCH, já registrada pela ANEEL, homologada para participação nos leilões de energia nova e com a Licença Prévia concedida pelo órgão ambiental. Este empreendimento, que resolverá um dos mais sérios problemas ambientais do Estado (espumas na Barragem de Pirapora) encontra-se apenas aguardando a definição da origem dos recursos para sua implantação (prazo de instalação de 2 anos).
- RemotORIZAÇÃO DA USINA DE EDGARD DE SOUZA**
Instalação de unidade geradora na casa de força existente. Esse empreendimento, com capacidade de 11 MW, deverá ser implementado nos próximos anos.
- NOVAS PCHs**
Foram identificados mais sete aproveitamentos - PCHs que são: Pirai, Guaxatuba, Pedra Azul, São Pedro, Porto Feliz, Tietê e Laranjal, com capacidade total de 127 MW, e que estão em fase de estudos de viabilidade econômica e ambiental.

Outros Investimentos

Durante 2006, outros investimentos foram feitos com o objetivo de manter e/ou melhorar o desempenho dos equipamentos. Entre os principais investimentos, destacam-se:

- Continuação do Serviço de Instalação da nova Estação de Tratamento de Água Desmineralizada para a UTE Piratininga;
- Início do processo de instalação dos novos Disjuntores de Alta Tensão Tripolar para Usina Henry Borden;
- Conclusão do serviço de Transferência da Sala de Controle Elétrico da UTE Piratininga;
- Início das Obras de Segurança para Reforço da Estrutura de Concreto da Barragem Reguladora Billings-Pedras;
- Investigações na Fundação do Pilar na Usina Elevatória Pedreira;
- Automação UHE Rasgão, da Barragem Reguladora Billings Pedras e da Barragem Pirapora;
- Alimentação Elétrica da Flotação através da Usina Elevatória de Pedreira;
- Reforma de Transformador 7,5 MVA da UTE Piratininga.

V. GESTÃO PELA QUALIDADE

Sistemas de Gestão

Os sistemas certificados da EMAE vêm participando do Programa da Qualidade do Serviço Público - PQSP e do Prêmio Nacional da Gestão Pública - PQGF do Governo Federal. O Departamento do Centro de Excelência em Manutenção participou dos ciclos de 2003, 2004 e 2006 e a Divisão da Unidade de Produção Henry Borden participou dos ciclos 2005 e 2006. Estes sistemas vêm utilizando os resultados das participações, descritos no Relatório de Avaliação - RA, para promover ações buscando o aprimoramento organizacional e a implementação de novas atividades, sempre em busca da melhoria contínua da gestão e a busca da excelência. No ciclo de 2005 e 2006 a Usina de Henry Borden obteve a pontuação de 159 e 211 pontos respectivamente demonstrando progressos na implantação de um processo de gestão por excelência.

Tecnologia da Informação

Ao longo de 2006, foi realizada a reestruturação da Rede Corporativa, melhorando a performance e a segurança no tráfego de dados em rede, além de proporcionar o incremento na otimização de equipamentos e na disponibilização de sistemas e serviços em rede.

Foi implementada a certificação digital para o corpo executivo da Empresa, com o objetivo de aumentar a segurança no envio de mensagens eletrônicas e no acesso a sistemas corporativos, diminuindo a vulnerabilidade intrínseca que esses serviços possuem.

Neste ano, iniciaram-se os trabalhos de implementação de gestão do conhecimento para a área de geração da Empresa, através do desenvolvimento de um portal com o objetivo de catalogar e armazenar as informações e o conhecimento organizacional sobre geração de energia adquirido ao longo dos últimos anos.

No final de 2006, foram adquiridos 18 servidores, visando melhorar a performance e a segurança da rede corporativa. Também foram adquiridas novas estações de trabalho que garantirão maior produtividade à Empresa.

Reconhecimento em 2006

A EMAE participou do Prêmio Fundação COGE, juntamente com empresas que integram o Setor Elétrico Brasileiro, na categoria Ações Ambientais, com o "Programa de Incentivo à Preservação Ambiental", tendo sido classificado entre os três finalistas desta modalidade. Além disso, dois projetos da EMAE foram citados na revista Guia Exame Boa Cidadania Corporativa 2006: Práticas Funcionários - Programa de Prevenção e Recuperação de Dependentes de Álcool e Outras Drogas, e Práticas Meio Ambiente - Gestão Integrada para Recuperação e Transformação de Áreas Degradadas em Espaços de Interesse Socioambiental.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Com a assinatura do contrato de concessão com a ANEEL em 12/11/2004, a EMAE assumiu a aplicação mínima anual de 1% da ROL-Receita Operacional Líquida em P&D, de acordo com a Lei nº 9.991/2000.

Para o 1º ciclo de P&D, 2005/2006, a empresa destinou R\$ 1.700 mil ao programa, sendo R\$ 680 mil para o desenvolvimento de projetos sob a gestão direta da EMAE. A verba restante está sendo paga em cotas, sendo R\$ 680 mil ao FNDCT- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e R\$ 340 mil à EPE- Empresa de Pesquisa Energética, conforme a lei. A EMAE está contratando os quatro projetos aprovados pela ANEEL, para este ciclo.



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.sp.gov.br

SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2006

VI. INVESTIMENTO EM DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Treinamento e Desenvolvimento

A empresa atende às diversas necessidades de treinamento e desenvolvimento dos empregados. No período de 2006 ocorreram 1.300 participações de empregados em treinamento nas categorias de cursos, palestras, seminários e congressos.

Além dos cursos regulares de capacitação, outras ações de treinamento foram desenvolvidas:

Programa de Concessão de Bolsa de Estudos

Com o objetivo de facilitar, por meio de subsídio, a formação escolar dos empregados que frequentam cursos pagos (de 1º, 2º e 3º graus), aprovados pelo Ministério da Educação, que comprovam aprovação no ano letivo. Em 2006 foram atendidos 33 empregados.

Programa de Estágio Curricular

O Programa é destinado a estudantes de nível universitário e de nível técnico, visando proporcionar-lhes a oportunidade para complementarem sua formação escolar.

Os estudantes contam com bolsa de complementação, auxílio alimentação e assistência médico-hospitalar. No ano de 2006 a EMAE recebeu 19 estagiários.

Programa de Aprendizizes

Em conformidade com o Decreto nº 10.097, de 19/12/2000, que altera o dispositivo da CLT, aprovado pelo Decreto Lei nº 5.452, de 01/05/43, o Programa propicia a 16 aprendizizes, estudantes dos cursos mantidos pelo sistema SENAI e compatíveis com as atividades desenvolvidas na Empresa, a oportunidade de ensino profissionalizante e qualificação profissional.

Saúde

Sempre foi uma característica da EMAE a atenção com a saúde dos empregados. Tal fato se evidencia por sua atuação, que excede o cumprimento das exigências legais tanto em ações afirmativas na área de saúde, promovendo campanhas e programas, como no estabelecimento do perfil dos exames médicos complementares, acompanhados através do PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

No Âmbito Preventivo

Campanha Interna de Vacinação Antigripal

Em 2006, a EMAE adquiriu 363 doses de vacina antigripal e procedeu à vacinação dos empregados como ação de medicina preventiva e preservando a saúde do corpo funcional.

Dia Mundial de Combate à AIDS

Em 1º de dezembro, Dia Mundial de Combate à AIDS, todos os empregados receberam material informativo composto por prospecto e preservativo, além de palestra sobre o tema, ministrada por profissionais especializados.

Atendimentos Médicos

Foram registrados 4.930 atendimentos médicos e de enfermagem, prestados pelos profissionais do ambulatório médico São Paulo e 1.491 pelos de Cubatão, totalizando 6.421.

Programa de Prevenção e Recuperação de Dependentes do Álcool e outras Drogas

Com o objetivo de prevenir o desenvolvimento da dependência de álcool e outras drogas e integrar o dependente no contexto familiar, trabalho e comunidade, através do respeito da cultura de hábitos saudáveis e da promoção da saúde e da qualidade de vida, este Programa já atendeu 210 pessoas entre empregados da Empresa e de contratadas e integrantes do Auxílio Desemprego, além de seus respectivos familiares.

Programa de Readaptação Funcional

Programa que conta com 146 cadastrados, tem como finalidade aproveitar a capacidade de trabalho de empregados que, impossibilitados de exercerem plenamente as tarefas de seus cargos, em função de acidente de trabalho ou doença, ligada ou não a atividade profissional, estejam aptos a se dedicarem à empresa em outras funções, do mesmo cargo ou de outro, respeitando-se as suas limitações físicas, emocionais e mentais.

Serviço Social

A EMAE tem como marca o interesse pelo bem-estar social, físico e psicológico dos empregados. Desde a sua criação, investe nesse serviço e na capacitação de seus profissionais, realizando as seguintes atividades:

- Orientações e esclarecimentos quanto à importância do controle da pressão arterial, da realização dos exames periódicos e os cuidados com a saúde e o bem-estar;
- Promove palestras sobre diversos temas como dependência química, economia doméstica, relacionamento familiar, etc, além de incentivar o desenvolvimento de atividades que contribuam para a saúde física e psicológica dos empregados (ginástica, atividades recreativas, artísticas e sociais), enfocando a importância da qualidade de vida;
- Atendimentos individuais aos empregados e familiares, através de orientações e encaminhamentos das demandas apresentadas (funeral, convênios médicos, visitas domiciliares e hospitalares, orientação financeira, etc);
- Atendimento às áreas da Empresa, visando dirimir conflitos;
- Participação na organização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho - SIPAT, oferecendo temas que contribuam com problemáticas identificadas pelo Serviço Social.

Segurança do Trabalho

A Equipe de Segurança da EMAE, sempre focada no desenvolvimento do bem estar dos empregados, na vanguarda da área de Segurança e no cumprimento das leis vigentes no País, vêm, ao longo dos anos, implantando medidas e programas na direção das normas internacionais BS 8800 e ISO 18000.

Neste cenário, além das atividades cotidianas de inspeção, desenvolvimento de novas metodologias de trabalho, em conjunto com as áreas, campanhas, os treinamentos periódicos correlatos e as preleções, a atenção constante às publicações técnicas e novas normas publicadas e a participação efetiva e ativa em Seminários, Grupos de Trabalho e Workshops mantém a Empresa atualizada com as melhores práticas adotadas e as tendências que as boas práticas permitem.

Como exemplo destacamos:

- participação no 5º SENSE - Seminário Nacional de Saúde e Segurança do Trabalho, realizado em Belo Horizonte, Seminário de Proteção Respiratória, Feira Nacional de Segurança, Workshop de Trabalhos em Espaço Confinado, promovendo o conhecimento da Equipe, mantendo-a atualizada com as novas tecnologias disponíveis no mercado;
- participação e acompanhamento das CIPA's em todas suas atividades;
- participação na organização das SIPAT's da Empresa;
- coordenação das ações de implantação dos ajustes eventualmente necessários da NR 10;
- elaborado e ministrado curso básico previsto na NR 10, abrangendo mais de 550 empregados;
- elaborado e ministrado curso de Brigada de Emergência com a realização de simulados;
- elaborado e ministrado curso de Segurança, também previsto na NR 10, abrangendo mais de 136 empregados que não atuam no Sistema Elétrico mas estão nas proximidades;
- elaborado e ministrado preleções de segurança para empresas contratadas, conforme NR 18;
- ministrada palestra de segurança para gestores de contrato;
- acompanhamento do projeto de renovação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB da UTE Piratininga e do projeto Sede-Pedreira UTE Fernando Gasparian;
- elaboração de visitas técnicas com fins de busca de oportunidades de melhorias e subsidiar a elaboração de laudos ambientais e individuais voltados a aposentadoria em regime especial ou a adicionais;
- elaboração e acompanhamento de estatística de acidentes com ou sem lesão;
- palestras e diálogos de segurança nas áreas operativas e engenharia.

VI. ATIVIDADES SÓCIO-COMUNITÁRIAS E AMBIENTAIS

MEIO AMBIENTE - ATUAÇÃO PERMANENTE

Consciente de que o meio ambiente é parte de seu capital e de seu compromisso com a sociedade, a EMAE desenvolve e implanta programas sócio-ambientais para os empregados e para a comunidade de seu entorno, incentivando a preservação ambiental e o exercício da cidadania.

Investindo em modernização, tecnologias limpas e projetos que buscam soluções viáveis para compatibilizar a geração de energia e o uso múltiplo das águas, a EMAE incorpora a variável ambiental no planejamento dos empreendimentos, obras e serviços, eliminando e minimizando impactos ambientais.

As atividades e projetos sócio-ambientais desenvolvidos pela EMAE são agrupadas em três áreas de atuação: Programas Institucionais, Projetos Sócio-Ambientais e Estudos Técnicos.

PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

São programas de educação e sensibilização ambiental, direcionados para os empregados e seus filhos, escolas e outros grupos da sociedade civil organizada. Têm caráter contínuo e visam ampliar a percepção ambiental dos diversos atores sociais, criando multiplicadores de opinião e incentivando mudanças de comportamento no trato das questões que envolvam o meio ambiente. Em 2006, os principais programas desenvolvidos foram:

Semana do Meio Ambiente (2002 à 2006)

05 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, dia recomendado pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente ocorrida em 1972, em Estocolmo, na Suécia, é um marco que reforça a necessidade de se desenvolver atitudes pró-ativas em relação ao meio ambiente. Como parte das ações ambientais a EMAE comemora essa data com a Semana do Meio Ambiente para chamar a atenção dos colaboradores e parceiros para essas questões.

Informe Ambiental

O projeto "Informe Ambiental" foi lançado em março de 2005 culminando com a 5ª Semana da Água da EMAE. Este projeto consiste de um informativo digital bimestral, encaminhado a todos os usuários da rede de e-mails CESP/EMAE e uma versão impressa para disseminação da informação às pessoas que ainda não têm acesso a rede de e-mails, sempre com conteúdo pertinente a preservação e conservação do meio ambiente.

Coleta Seletiva

Visa incentivar a redução de geração de resíduos e implementar o hábito da reciclagem. Realizado em parceria com a Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional "Pedra sobre Pedra", comunidade carente da região da Billings, resultou na coleta de cerca de 39,2 toneladas em 2006.

Casa das Plantas (Viveiro de Mudas)

Tem por objetivo reproduzir e armazenar mudas de espécies nativas, medicinais e exóticas de relevância ambiental e paisagística para educação ambiental para as escolas e grupos da comunidade. Em 2006, foram mantidas 8.000 mudas e produzidas outras 4.500, entre nativas da Mata Atlântica e exóticas, doadas para escolas, sociedades amigos de bairro e, também, utilizadas para a recuperação das margens de reservatórios.

Descobrimo a EMAE

Consiste em visitas monitoradas à sede da Empresa por alunos de escolas públicas da região do bairro de Pedreira, zona sul da cidade de São Paulo, universidades, empresas, Organizações Não Governamentais - ONG's, órgãos de governo, Comitês de Bacias Hidrográficas, e outros, com a realização de atividades educativas relacionadas às questões ambientais locais (água, energia, lixo, viveiros de plantas e avifauna).

Parceria Projeto São Paulo Pomar

Desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, o projeto "São Paulo Pomar - Mais Verde, Mais Vida" tem como missão a recuperação ambiental e a revegetação das margens do rio Pinheiros. A EMAE patrocina a implantação e a manutenção de um trecho de aproximadamente 90 metros, compreendido entre a Usina Elevatória de Traição e a ponte Roberto Zúlclo (ponte Cidade Jardim), além de ceder o terreno para a implantação da sede do projeto.

PROJETOS SÓCIO - AMBIENTAIS

O meio ambiente no qual a EMAE se insere caracteriza-se por ser, principalmente, urbano, o que faz com que a questão ambiental esteja intrinsecamente associada às questões sociais afetadas à população. Dessa forma, os programas desenvolvidos privilegiam a abordagem sócio-ambiental, visando contribuir com a melhoria das condições de vida das pessoas, principalmente aquelas que vivem nas áreas vizinhas a EMAE. Os projetos desenvolvidos nesse sentido foram:

Caminhos do Mar Pólo Ecolurístico

Trata-se da implementação de um Pólo Ecolurístico, com propósitos preservacionistas, educacionais e de pesquisa, inserido em áreas da EMAE dentro do Parque Estadual da Serra do Mar. Em 17 de abril de 2004, o Pólo foi inaugurado e firmado um Termo de Parceria com a Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, com o objetivo de planejar, implementar, captar recursos e operar o empreendimento.

Semana da Água

Comemoração ao Dia Mundial da Água, em 22 de março. Em 2006 foi realizada a sexta edição desse programa, com a participação da comunidade e dos empregados da EMAE, CESP e PETROBRÁS. As atividades: Aulas de Yoga, Exposição Fotográfica CENDOTEC - tema Água; Grupo de Pintura com os adolescentes sediados na paróquia N. Sra. Aparecida - Pedreira, praticando na sede da EMAE. Foram ministradas palestras nas escolas pelos Técnicos do Departamento de Gestão Ambiental sobre processo de tratamento e filtragem da água. Foram realizadas expedições "Caminho das Águas" para os empregados da EMAE, CESP e Petrobrás e mutirão de limpeza da orla da represa Billings com o plantio de mudas nos locais onde estão sendo implementadas as recuperações de áreas degradadas (Espaço Verde Mar Paulista, Balneário São Francisco e Pônei Clube), bem como o curso de jardinagem.

Restauração de Áreas Degradadas

Em função do crescimento desordenado da região metropolitana da Cidade de São Paulo, existe uma pressão urbana para ocupação das áreas da EMAE existentes nas bordas do Reservatório Billings. Com o objetivo de preservação das bordas a EMAE criou um programa de Integração com as comunidades locais, utilizando as áreas de risco com relação a invasões e degradações. O programa visa a recuperação da área de borda do manancial, incutindo o uso do espaço pela comunidade de forma sustentável e condizente com a lei, do ponto de vista ambiental.

Para o desenvolvimento desse projeto, buscou-se compatibilizar os conceitos de preservação ambiental com as necessidades da comunidade, principalmente no que diz respeito a disponibilidade de espaços para lazer. Dessa forma, procedeu-se a um adensamento vegetal da área, combinado com a instalação de pista de caminhada e equipamentos de lazer e de educação ambiental. Essa visão foi ampliada, consolidando-se em uma ferramenta denominada "Programa de Recuperação de Áreas Degradadas", cujo objetivo é recuperar, gradativamente, a orla do Reservatório.

O formato desse programa se diferencia por se desenvolver através de uma gestão integrada que a EMAE faz junto à população e aos órgãos governamentais e não governamentais, de forma planejada, por meio de mutirões, o que estimula o comprometimento das partes envolvidas, garantindo maior perenidade ao projeto. Esse conceito já foi implantado com sucesso no Balneário São Francisco e na várzea do Ribeirão Alvaenga. Em 2006, a EMAE incluiu no programa, uma área do Ribeirão do Apurus. Concomitantemente, vem estimulando a manutenção dos espaços às margens da represa, com mutirões de limpeza, fomento para lazer, promovendo eventos, criando parques, locais para prática de esportes, etc, além da recomposição da vegetação, para recuperar o cordão litoral.

Os resultados alcançados do programa foram excelentes, pois as áreas estão sendo protegidas e em alguns casos a mata ciliar está em recuperação e com custos muito baixos, evitando gastos com fiscalização, fechamentos, remoção de lixo e entulhos, e principalmente reduzindo possíveis crimes ambientais.

ECOATIVA - Gestão Ambiental Participativa

Reconhecido nacionalmente por meio do Prêmio CNI-2002, Fundação COGE 2003, Guia de Boa Cidadania Corporativa Revista EXAME - 2002, consiste na realização de um programa na península do Bororé, às margens da Billings, envolvendo a EMAE, a Secretaria do Meio Ambiente do Município de São Paulo e os moradores da área, através da AMIB - Associação dos Moradores da Ilha do Bororé, com o objetivo de desenvolver a qualidade de vida e a preservação ambiental da região. Atualmente o Convênio passa por um processo de reestruturação em face da recente criação da Área de Proteção Ambiental - APA Bororé-Colônia (Lei Municipal 14.162/06), cujo objetivo é a manutenção do caráter rural e da qualidade ambiental da região, através de projetos sustentáveis. Nesse processo a utilização dos imóveis cedidos pela EMAE para a execução do projeto servirá como base estratégica para o fomento das atividades de turismo, educação ambiental e práticas de conservação.

Compensação Ambiental

Durante o ano de 2006 foram executadas atividades de plantios compensatórios, totalizando aproximadamente 9.400 mudas.

ESTUDOS TÉCNICOS

Realizados para dar suporte e viabilizar o desenvolvimento dos empreendimentos, obras e serviços da Empresa e garantir a melhoria contínua dos processos de produção, tendo como premissa fundamental a preservação e otimização dos recursos naturais.

Estudo Fitossanitário

Em 2006, através da iniciativa de empregados da Usina Henry Borden, em conjunto com o Departamento de Gestão Ambiental, foi criado um Roteiro Botânico nas dependências da Usina, que está inserido no programa de visitação.

UTE PIRATININGA - Estudos Ambientais Realizados nos processos de Licenciamento em 2006:

- Em tramitação na CETESB e SMA o processo de licenciamento ambiental;
- Realização de parecer jurídico quanto a caracterização da situação emergencial para operação bi-combustível;
- Estudos de Dispersão de poluentes considerando a operação bi-combustível;
- Plano de Monitoramento das Emissões Atmosféricas considerando a operação bi-combustível;
- Estudo de Análise de Risco considerando a operação bi-combustível;
- Estudo de contaminação do solo da área destinada à fase complementar do ciclo combinado da Modernização e Ampliação;
- Plano para instalação e operação de estação de qualidade do ar da rede de monitoramento automática da CETESB, decorrente da exigência da Licença de Instalação de novas tecnologias de geração de energia (turbinas a gás) e melhoria de eficiência (ciclo combinado);
- Plano de Monitoramento da temperatura da água do processo de resfriamento do ciclo a vapor, decorrente de exigência do processo de licenciamento da Modernização e Ampliação da Usina;
- Estudo de viabilidade para aquisição de Reduções Certificadas de Emissões de Carbono.

PCH Pirapora

O Relatório Ambiental Preliminar (RAP) foi aprovado, tendo sido emitida a Licença Ambiental Prévia (LP) nº 00869, de 10/08/2005. Atualmente está sendo providenciada a documentação necessária para a obtenção da Licença de Instalação (LI).

Usina de Izabel

Em decorrência dos danos ambientais causados pelo deslizamento de encosta, em julho de 2004, nas dependências da Usina Hidroelétrica Izabel, localizada no município de Pindamonhangaba, foram assinados os Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA nº 082/05, de 19/10/2005 e TCRA nº 089/054, de 22/11/2005, firmados junto ao DEPRN - Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais, com a devida anuência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Ministério Público Estadual. Em 2006 foi realizado plano compensatório, conforme determinado no TCRA acima mencionado e iniciado o processo de contratação de empresa especializada para a recuperação do dano ambiental.

AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Comprometida com a responsabilidade Social, a EMAE, desde 1998, desenvolve, realiza e adere a programas voltados à inclusão social de desempregados, em auxílio a comunidades carentes e ao trabalho com crianças especiais, portadores do vírus HIV e idosos. São exemplos:

Programa de Voluntariado Empresarial - O Compromisso do Milênio

Em consonância com o compromisso de sustentabilidade do planeta, referendado por 189 países-membro da ONU - Organização das Nações Unidas, iniciou-se a implantação, em 2005, do Programa de Voluntariado Empresarial, com o objetivo de estimular e apoiar os empregados a utilizarem parte de seu tempo livre com a aplicação de suas habilidades e competências em favor da comunidade carente do entorno da sede da Empresa.

O programa que desenvolve ações integradas com ênfase educacional e de cidadania, conta com 36 voluntários ativos e no ano 2006 atendeu 1.422 pessoas em diversas ações sociais como Programa de Esportes (incluindo aulas de Futebol, Tênis e Xadrez), Horta, Grupo de Contadores de História dirigido a crianças, Cursos de Informática, Inglês e Matemática Inclusiva, Aplicação de Mensagem Shantala em Bebês, Projeto de Arte e Cultura, Integração com a Terceira Idade, Curso de Alfabetização, Manutenção de Computadores, Manutenção Predial, Palestra versando sobre os temas "Direitos da Gestante", "Orçamento Familiar" e "Dependência Química".

Energia é Vida

O projeto Energia é Vida identifica parcelas da população que passam por situações de extrema dificuldade e arrecada alimentos não perecíveis e produtos de higiene e limpeza, providenciando também a logística da distribuição.

No ano de 2006 foram beneficiadas 2.601 pessoas entre crianças, pessoas portadoras do Vírus HIV e de necessidades especiais mantidas pelas entidades: Casa das Mães, Centro de Convivência Itatinga, Creche Menino Jesus, Creche Miguel Franchini Neto, Casa São José (Casa do Menor), Centro Comunitário João de Longe, Cruzada Pró-Infância, Centro Comunitário Antonio Alves, Creche Abacateiro, Lar Vinícius, Creche Jardim Palmareis, Creche Vila Ernestina, Ilha do Bororé, Paróquia Nossa Senhora Aparecida, Paróquia Verde, Centro Comunitário "Favela Santa Amélia", Paróquia Maria Mãe da Igreja, Paróquia São Pedro dos Apóstolos, Paróquia Madre Cabrini, Convento Madre Paulina, Paróquia Rainha dos Apóstolos, Associação Cultural e Espiritual Missão Pelicano, Pastoral da Saúde, Centro de Promoção Social Bororé, Fraternidade Imã Clara, Lar Nossa Senhora da Conceição, Associação Orquídeas, Espaço Cultural Beija-Flor, Centro de Promoção Humana São Joaquim Sant'Ana (JOCA), Associação Resplendor (portadores do vírus HIV).

Projeto Energia Humana em Ação

O projeto, realizado em parceria com a Associação de Pais e Amigos de Portadores de Deficiência - APADE oferece:

Atendimento Clínico e Terapêutico - Visa atender crianças especiais, auxiliando-as por meio de profissionais especializados nas áreas de fonaudiologia, psicologia, terapia ocupacional, além de aulas de arte e música. No ano 2006 foram beneficiadas 91 pessoas entre atendimentos em fonaudiologia, psicologia, fisioterapia e orientação familiar a seus familiares; Oficinas Profissionalizantes - Capacita adolescentes residentes no entorno da empresa e mães de crianças especiais. Os adolescentes são treinados em oficinas de informática e culinária em parceria com o SENAI. As mães de crianças especiais participam de oficinas de artesanato, que proporcionam uma maior interação com esse público. Os trabalhos realizados nas oficinas de artesanato são comercializados em um bazar na própria sede da empresa e a renda é revertida para a própria Instituição. No ano 2006 foram beneficiados 91 jovens formados nas oficinas profissionalizantes de informática e culinária e 5 integrantes da frente de trabalho treinados na lanchonete.

A EMAE participa, ainda, de outros projetos coordenados pelas seguintes entidades:

FUSSESP- Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo

Campanha do Agasalho

Durante os meses de abril a junho a empresa implementa ações de incentivo e arrecadação de doações de agasalhos à população carente. Em 2006 foram arrecadadas 401.104 peças de agasalhos, o que corresponde a um aumento de 3,11% em relação ao ano anterior. Como parte integrante desta Ação foi criado o projeto "Voluntários que Aquecem", que reúne pessoas para colaborarem na confecção de mantas de lã, tendo sido confeccionadas, no ano, 1 tonelada de agasalhos.

Semana da Solidariedade

A cada ano é escolhido um segmento específico da população (idosos, pessoas especiais, crianças carentes e outros), desenvolvendo-se, durante uma semana por ano, ações que buscam resgatar a cidadania e diminuir as dificuldades do dia-a-dia. No ano 2006, foram beneficiadas 90 crianças com várias atividades educativas e de lazer, como passeios e uma confraternização de Natal.

SERT - Secretaria de Emprego e Relações com o Trabalho

Frente de Trabalho

Oferece bolsa auxílio de R\$ 210,00, cesta básica de R\$ 47,00, seguro contra acidentes e cursos de qualificação profissional e em contrapartida os bolsistas realizam na empresa, jornada diária de 06 horas de trabalho, quatro vezes por semana. A EMAE oferece vale-transporte, alimentação, uniformes, EPI e palestras abordando temas relativos à cidadania. Em 2006 foram beneficiados 81 bolsistas, sendo 11 deles relocalizados no mercado formal de trabalho.

OUTRAS ATIVIDADES

Transporte

A EMAE possui quatro embarcações próprias (sendo uma reserva) operando em três pontos de travessia do Reservatório Billings. Esse sistema de transporte público por balsas é oferecido de forma ininterrupta.

Fiscalização Integrada

Em 2006 foi celebrado um convênio entre o Governo do Estado de São Paulo, a Prefeitura do Município de São Paulo e a EMAE, visando à formação de um Grupo de Fiscalização Integrada, com o objetivo de coibir conflitos de uso e da ocupação desordenada, que acarretam dezenas de inconformidades ambientais. Os órgãos de fiscalização estadual e municipal, além do Ministério Público, têm solicitado cada vez mais as áreas técnicas, laudos e pareceres técnicos sobre as situações irregulares. Além do trabalho usual de fiscalização nossos profissionais são orientados a prestar esclarecimentos a população, auxiliar na disseminação de informações de caráter ambiental, fomentar a limpeza das margens e o plantio de árvores.

Gerenciamento de Resíduos

O projeto de "Gerenciamento de Resíduos", teve início no ano de 2000 e vem se desenvolvendo até o momento através da realização de palestras técnicas, de esclarecimentos e orientações, fóruns de discussões nas áreas técnicas de operação, de manutenção e administrativas, criação e estruturação de locais para acondicionamento e posterior destinação de materiais, desenvolvimento de documentos de orientação, estabelecimento de canais de comunicação direta (telefone, e-mails e contatos pessoais) com técnicos especialistas em Meio ambiente. Ainda foram implementadas sistemáticas para que ocorra a redução da geração na fonte, por meio de mudança de procedimentos, revisão nos processos de produção e manutenção.

As práticas de destinação não se aplicam somente a resíduos gerados em processos industriais, pois foram implantados: a coleta e destinação de lâmpadas fluorescentes, contendo vapor de mercúrio; o uso de toalhas industriais recicláveis nas atividades de manutenção da Empresa; e destinação de pilhas e baterias de celulares, usadas.

Lixo

Retirada do lixo que afliu às Usinas Elevatórias de Traição e Pedreira, principalmente durante os eventos de chuva, de forma a permitir o eficiente funcionamento das unidades de bombeamento ali instaladas. No ano de 2006 foram retiradas 1.980 toneladas (3.960 m³) de lixo das referidas usinas. Na UHE Rasgão e Porto Góes, no Alto Tietê, foram retiradas 1.123 toneladas (2.807 m³) de lixo.

Retirada de Vegetação Emergente

A EMAE executa a retirada de vegetação emergente ao longo do Canal Pinheiros. Foram retirados, em 2006, 5.730 m² de vegetação. Esse trabalho auxilia no combate à proliferação de insetos e mosquitos, em parceria com a Prefeitura do Município de São Paulo, proporcionando a melhoria da qualidade de vida da população das regiões Sul e Oeste da cidade.

Prestação de Serviços para Terceiros

Dada continuidade em 2006 à prestação de serviços de O&M (Operação e Manutenção) na Usina Termelétrica Nova Piratininga, através de contrato firmado com a Petrobras, resultando em receita da ordem de R\$ 10 milhões em 2006.

A prestação de serviços de laboratório químico (águas e óleo isolante) proporcionou igualmente uma receita aproximada de R\$ 29 mil, no mesmo período.

O Departamento do Centro de Excelência em Manutenção prestou vários serviços para terceiros, dentro do seu escopo de certificação, obtendo um aumento no faturamento da ordem de 440% em relação ao ano de 2005, proporcionando uma receita de aproximadamente R\$ 2,4 milhões. Todos os serviços foram realizados com excelente nível de qualidade, comprovados pelas Pesquisas de Satisfação dos Clientes.

Treinamento Técnico

Em 2006 foi criado o Núcleo de Treinamento, para acompanhar e desenvolver cursos técnicos elaborados internamente, cursos externos e "in company". Foram realizados 33 cursos, com 810 participações.

Visitas Técnicas à Usina Termelétrica Piratininga

Na parte social foram realizadas cerca de 50 visitas, com 25 pessoas em média por evento, dando continuidade ao Programa de Visita Monitorada à Usina, abrindo aos alunos de escolas técnicas de segundo e terceiro graus a oportunidade de conhecer, na prática, um empreendimento termelétrico de geração.

→ continuação



EMA E - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.sp.gov.br

SECRETARIA DE
SANEAMENTO E ENERGIA



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2006

VIII. BALANÇO SOCIAL

	2006		2005	
	RS Mil	% sobre RL	RS Mil	% sobre RL
1. Base de Cálculo				
Receita Líquida (RL)	120.101		184.450	
Resultado Operacional (RO)	(81.301)		(47.372)	
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	85.623		81.903	
2. Indicadores Sociais Internos				
Alimentação	3.973	4,64	3.862	4,72
Encargos Sociais Compulsórios	16.811	19,63	16.139	19,71
Entidade de Previdência a Empregados	2.505	2,93	2.940	3,59
Saúde	5.053	5,90	4.21	5,15
Capacitação e desenvolvimento profissional	119	0,14	74	0,09
Auxílio creche	603	0,70	808	0,99
Outros Benefícios	603	0,70	808	0,99
Total	29.147	34,04	29.070	35,49
3. Indicadores Sociais Externos				
Contribuições p/ a Sociedade/Investimentos em Cidadania	1.678	(2,06)	1.608	(3,39)
Transporte gratuito (Balsas)	888	(1,09)	899	(1,90)
Tributos (excluídos encargos sociais)	18.706	(23,01)	20.734	(43,77)
Total	21.272	(26,16)	23.241	(49,06)
4. Indicadores Ambientais				
Investimentos relacionados com a operação da empresa	389	(0,48)	506	(1,07)
5. Indicadores do Corpo Funcional				
Nº de empregados(as) ao final do período	828		846	
Nº de estagiários(as)	19		27	
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	328		285	
Nº de mulheres que trabalham na empresa	82		85	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	13,80%		13,80%	
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	13		13	
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial				
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	Direção e Gerências		Direção e Gerências	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	Direção e Gerências		Direção e Gerências	
A previdência privada contempla:	Todos os empregados		Todos os empregados	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	São sugeridos		São sugeridos	
Quanto a participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	Apóia		Apóia	

IX. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

As Receitas Operacionais atingiram em 2006 um total de R\$ 134,9 milhões (redução de 31,7% em relação a 2005), em função do término do suprimento de energia dos Contratos Iniciais com as distribuidoras e da impossibilidade de comercialização da energia de origem térmica, oriunda da usina Termoeletrica Piratininga, pois a energia desta Usina está classificada como Energia Existente (a chamada "Energia Velha"), onde os preços máximos de leilão, fixados pelo órgão regulador e voltados para hidrelétricas, são muito inferiores aos custos de uma usina térmica, especialmente em função do preço do combustível.

O custo do serviço de energia elétrica apresentado na Demonstração de Resultado, segmentado nos itens Custo com energia elétrica, Custo de operação e Despesas operacionais, teve redução de 11,9% decorrente principalmente da diminuição de gastos com energia de curto prazo e com o insumo combustível para produção de energia elétrica, devido a menor geração da Usina Termoeletrica Piratininga. Em contraposição, houve aumento em itens como: serviços de terceiros, provisão para realização de créditos de energia livre, pessoal e compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.

As ações empresariais com efeito positivo no resultado do serviço foram:

- A prestação de vários serviços a terceiros pelo Departamento do Centro de Excelências em Manutenção, proporcionando uma receita de aproximadamente R\$ 2 milhões.
- A prestação de serviços de O&M (Operação e Manutenção) na Usina Termoeletrica Nova Piratininga, através de contrato firmado com a Petrobrás, determinando uma geração de receita da ordem de R\$ 10 milhões.

Como consequência dos aspectos operacionais comentados, a EMAE encerrou 2006 com resultado do serviço (negativo) de R\$ 91,7 milhões.

As receitas financeiras somaram R\$ 16,9 milhões, principalmente pela atualização do saldo de energia livre repassado pelas distribuidoras e atualização de créditos tributários. As despesas financeiras chegaram a R\$ 6,3 milhões, fortemente impactadas pelo aumento em encargos sobre tributos e contribuições sociais. As variações monetárias líquidas (negativas em R\$ 1,9 milhão) foram oriundas da redução na atualização do contrato de valores a receber com o DAAE.

Decorrente de suas operações e dos principais eventos comentados, após a apropriação do Imposto de renda e Contribuição social diferidos, a EMAE encerrou o exercício com Prejuízo líquido de R\$ 78,9 milhões.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, e com o previsto no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/Nº 01/2006 de 22 de fevereiro de 2006, a EMAE esclarece que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, no exercício 2006, prestou a esta Empresa exclusivamente serviços de auditoria independente.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Notas explicativas	2006	2005		Notas explicativas	2006	2005
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Disponibilidades		3.638	85	Fornecedores		2.662	5.620
Aplicações financeiras	4	5.342	10.509	Folha de pagamento		2.287	2.285
Revendedores	5	7.833	14.260	Obrigações estimadas - folha de pagamento	13	7.226	7.708
Consumidores	5	579	252	Tributos e contribuições sociais	14	5.004	4.864
Valores a receber - Energia livre	6	12.508	23.582	Empréstimos e financiamentos	15	31.853	10.869
Energia de curto prazo - CCEE	7	5.724	4.968	Entidade de previdência a empregados	16	17.754	18.229
Valores a receber	8	-	10.678	Taxas regulamentares/passivo regulatório	17	9.570	3.827
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.127)	(1.117)	Provisão para contingências	18	1.299	1.089
Renda da prestação de serviços		520	-	Outros		250	173
Tributos e contribuições sociais compensáveis	9	4.700	9.268			77.905	54.664
Estoques		6.257	6.921	NÃO CIRCULANTE			
Outros créditos		3.767	6.357	Exigível a longo prazo	15	1.954	12.681
Despesas antecipadas	11	16	3.537	Empréstimos e financiamentos	16	103.429	121.216
		49.757	89.300	Entidade de previdência a empregados	14	4.291	6.373
NÃO CIRCULANTE				Tributos e contribuições sociais	18	14.115	13.526
Realizável a longo prazo		-	8.023	Provisão para contingências	19	123.789	153.846
Valores a receber - Energia livre	6	70.305	82.758	Outras obrigações		16.202	16.202
Valores a receber	8	2.602	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Tributos e contribuições sociais compensáveis	9	32.511	29.764	Capital social	20	285.411	285.411
Créditos fiscais diferidos	10	2.899	3.857	Reservas de capital		632.054	632.054
Cauções e depósitos vinculados		108.317	124.402	Prejuízos acumulados		(163.679)	(84.784)
Investimentos		1.695	526			753.786	832.681
Imobilizado	12	811.913	843.165	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		971.682	1.057.393
		813.606	843.691				
TOTAL DO ATIVO		971.682	1.057.393				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores em milhares de reais)

	Notas explicativas	2006	2005
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento de energia	21	3.531	3.024
Suprimento de energia - contratos iniciais	21	-	78.096
Suprimento de energia - leilão	21	64.623	44.511
Energia de curto prazo - CCEE	21	53.648	35.066
Renda da prestação de serviços		12.223	-
Combustível - Insumo para produção de energia elétrica CCC - consumo		-	34.923
Outras receitas		961	2.000
		134.966	197.620
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL			
Quota para reserva global de reversão - RGR		(4.095)	(2.628)
COFINS sobre receitas operacionais		(9.960)	(12.376)
PIS sobre receitas operacionais		(2.162)	(2.685)
COFINS/PIS - Lei nº 11.196/05		5.953	-
ICMS sobre fornecimento de energia		(636)	(545)
Imposto sobre serviços - ISS		(610)	(59)
Ativo/(Passivo) regulatório - COFINS/PIS		(3.375)	5.123
		(14.885)	(13.170)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		120.101	184.450
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com energia elétrica			
Energia de curto prazo - CCEE	21	(956)	(7.456)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	21	(10.921)	(12.265)
Compensação financeira pela utilização rec. hídricos		(4.619)	(3.237)
		(16.496)	(22.958)
Custo de operação			
Pessoal		(62.805)	(59.609)
Entidade de previdência privada - contribuição ao plano		(2.505)	(2.940)
Material		(3.857)	(3.283)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica - CCC		(25.768)	(58.991)
Serviços de terceiros		(12.208)	(10.849)
Depreciação		(35.930)	(35.071)
Provisões operacionais		(749)	(1.272)
Outras		(6.555)	(3.797)
		(150.377)	(174.912)
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO		(46.772)	(13.420)
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	22	(30.423)	(29.797)
Outras despesas operacionais	22	(14.519)	(12.510)
		(44.942)	(42.307)
RESULTADO DO SERVIÇO		(91.714)	(56.027)
Entidade de previdência a empregados			
Juros e variações monetárias - Contrato Fundação CESP	16/24	(11.070)	(16.416)
Superávit técnico atuarial - Fundação CESP	16/24	12.846	7.843
		1.776	(8.573)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas	23	16.905	19.663
Despesas	23	(6.376)	(3.513)
Variações monetárias líquidas	23	(1.892)	1.078
		8.637	17.228
PREJUÍZO OPERACIONAL		(81.301)	(47.372)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(341)	(784)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(81.642)	(48.156)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda diferido	10	2.020	(3.615)
Contribuição social diferida	10	727	(1.302)
		2.747	(4.917)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(78.895)	(53.073)
Prejuízo por lote de mil ações no final do exercício - RS		(2,14)	(1,44)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores em milhares de reais)

	2006	2005
ORIGENS DE RECURSOS		
De terceiros:		
Redução do realizável a longo prazo	13.591	-
Transferência do realizável a longo prazo para o circulante	26.455	30.304
Transferência do circulante para o exigível a longo prazo	1.540	-
Total das origens	41.586	30.304
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Prejuízo do exercício	78.895	53.073
Itens que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação	(38.008)	(37.596)
Variações monetárias de itens de longo prazo	(5.509)	(11.071)
Superávit técnico atuarial - Fundação CESP	12.846	7.843
Baixa de imobilizado	(105)	(5)
Baixa de investimento	(353)	(56)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.747	(4.917)
Provisão para realização de créditos	(935)	-
Provisão para contingências	(3.240)	(1.459)
(-) Reversão de provisões para contingências	2.167	310
Impostos, taxas e contribuições	(458)	-
Execuções de cauções e depósitos vinculados a litígios	(1.375)	(838)
Provisões não operacionais - FINAM	-	(1.755)
Total dos recursos aplicados nas operações	46.672	3.529
Em imobilizado	8.383	9.949
Transferências do exigível a longo prazo para o circulante	20.653	18.848
Aumento do realizável a longo prazo	13.357	381
Redução do exigível a longo prazo	15.305	15.459
Total das aplicações	104.370	48.166
Aumento da insuficiência do capital circulante líquido	(62.784)	(17.862)
Ativo circulante		
• No início do exercício	89.300	109.899
• No final do exercício	49.757	89.300
• Redução do ativo circulante	(39.543)	(20.599)
Passivo circulante		
• No início do exercício	54.664	57.401
• No final do exercício	77.905	54.664
• Aumento (redução) do passivo circulante	23.241	(2.737)
Aumento da insuficiência do capital circulante líquido	(62.784)	(17.862)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL			PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		SUBVENÇÕES P/ INVESTIMENTOS CRC	REMUN. DAS IMOB. EM CURSO CAP. PRÓPRIO	INCENTIVOS FISCAIS		
Saldos em 31 de dezembro de 2004	285.411	443.244	185.297	3.337	(31.711)	885.578
Incentivos fiscais - FINAM	-	-	-	176	-	176
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(53.073)	(53.073)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	285.411	443.244	185.297	3.513	(84.784)	832.681
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(78.895)	(78.895)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	285.411	443.244	185.297	3.513	(163.679)	753.786

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.sp.gov.br

SECRETARIA DE
SANEAMENTO E ENERGIA



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados a potência e energia não auditados pelos auditores independentes)

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - "EMAE", é uma sociedade anônima de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. A partir de 09 de setembro de 2005, a CESP passou a deter 46,17% das ações ordinárias (equivalentes a 18,39% do capital social total) da EMAE. O Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 51,44% das ações ordinárias.

A EMAE tem como atividades principais o planejamento, a construção, a operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia, bem como de barragens e outros empreendimentos, destinados ao aproveitamento múltiplo das águas. Adicionalmente, a EMAE está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas estatais ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

A EMAE possui a concessão de 5 usinas hidrelétricas e 1 termelétrica que formam um parque gerador com 1.421,44 MW de potência instalada (Nota 12.1). Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e opera a usina Hidrelétrica Henry Borden e a usina Termelétrica Piratininga de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

A energia elétrica comercializada pela EMAE destina-se a: suprimento a concessionárias distribuidoras de energia elétrica, que a utilizam para atender a seus mercados consumidores; fornecimento a consumidores livres; e operações de curto prazo decorrentes da contabilização mensal efetuada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - "CCEE", onde também se liquidam as diferenças entre os valores contratados e os efetivamente verificados (Nota 21).

Da receita operacional da EMAE em 2006, 48% (62% em 2005) foram provenientes de suprimento de energia elétrica às Distribuidoras (contratos iniciais e clientes contratados em leilões de energia), 3% (2% em 2005) no segmento fornecimento de energia (consumidor livre) e 40% (18% em 2005) em energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, sendo os restantes 9% provenientes de renda da prestação de serviços.

Leilões de Energia

Foram realizados sete leilões para o suprimento de energia elétrica às concessionárias de distribuição atuantes no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, sendo cinco leilões de Compra de Energia proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes e dois leilões de Compra de Energia proveniente de Novos Empreendimentos.

A EMAE vendeu 129 MW médios nos Leilões de Energia Existente e 10 MW médios em Leilão de Energia Nova, relacionados à disponibilidade de produção de energia de origem hidráulica, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

Leilão de Empreendimentos Existentes	Período de Suprimento	Energia Vendida pela EMAE (MWm)		Preço Médio Ponderado dos Participantes	
		Preço EMAE (R\$/MWh)	Preço EMAE (R\$/MWh)	Preço EMAE (R\$/MWh)	Preço EMAE (R\$/MWh)
1º Leilão - Prod. 2005	2005 a 2012	85,0	60,84	67,51	67,51
1º Leilão - Prod. 2006	2006 a 2013	33,0	69,21	67,33	67,33
1º Leilão - Prod. 2007	2007 a 2014	5,0	75,75	75,46	75,46
3º Leilão - Prod. 2006	2006 a 2008	3,0	83,24	82,95	82,95
4º Leilão - Prod. 2009	2009 a 2016	3,0	96,00	94,91	94,91

Leilão de Novos Empreendimentos	Período de Suprimento	Energia Vendida pela EMAE (MWm)		Preço Médio Ponderado dos Participantes	
		Preço EMAE (R\$/MWh)	Preço EMAE (R\$/MWh)	Preço EMAE (R\$/MWh)	Preço EMAE (R\$/MWh)
1º Leilão - Prod. 2008-H30	2008 a 2037	1,0	116,00	106,95	106,95
1º Leilão - Prod. 2009-H30	2009 a 2038	1,0	116,00	114,28	114,28
1º Leilão - Prod. 2010-H30	2010 a 2039	8,0	115,99	115,04	115,04

Não foi previsto, no Modelo do Setor Elétrico implantado em 2004, um tratamento adequado para as Usinas Termelétricas com Contratos Iniciais e vinculadas à CCC - Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis, como é o caso da Usina Piratininga. A energia desta não foi, ainda, passível de venda, em virtude da incompatibilidade entre os atuais modelos de comercialização e os custos de produção de empreendimentos dessa natureza.

Da mesma forma, a Usina Henry Borden gera recursos referentes à sua energia atual assegurada de 108 MW médios e à produção de energia reativa necessária ao sistema, remunerada como serviços ancilares. No entanto, presta serviços adicionais, considerados indispensáveis à segurança e à eficiência do Sistema Interligado Nacional, sem ter, contudo, a devida contrapartida financeira por sua execução.

Tendo em vista as alterações no Modelo Setorial, a experiência com os recentes Leilões de Energia e a importância estratégica de suas usinas, a Administração da EMAE vem desenvolvendo entendimentos nas várias esferas do poder público, no sentido de alcançar solução para remuneração dos serviços prestados sem a suficiente cobertura financeira. Adicionalmente, vem implementando medidas de adequação empresarial aos impactos econômico-financeiros sobre os seus negócios, incluindo-se, entre outras: (i) renegociação dos custos com o uso dos sistemas de transmissão e de distribuição, o que resultou numa redução do custo anual desses encargos, tanto em 2005 como em 2006; (ii) prestação de serviços de operação e manutenção (O&M) para a Usina Termelétrica Fernando Gasparian; (iii) prestação de serviços de oficina, reforma, manutenção e de laboratório a terceiros; (iv) alienação de bens móveis; (v) outras medidas diversas de redução de custos ou de incremento de receitas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e regulamentos e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conjugadas com a legislação específica aplicável às concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em conformidade com as instruções contidas no Ofício Circular nº 2.396/2006-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2006, Deliberações da CVM e Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/Nº 01/2007 de 14 de fevereiro de 2007, estão sendo apresentadas algumas informações requeridas ou adicionais em notas explicativas e quadros suplementares.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b. Revendedores/Consumidores

As contas a receber incluem os valores de suprimento e fornecimento de energia elétrica faturados, contabilizados de acordo com o regime de competência, além dos acréscimos moratórios, quando aplicáveis.

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber.

d. Estoque

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio de aquisição e no ativo imobilizado em curso (quando destinados a obras), ao custo de aquisição.

e. Investimentos

As participações societárias minoritárias em empresas e outros investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

f. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas anuais fixadas pelo Poder Concedente, determinadas pela Resolução ANEEL nº 002, de 24 de dezembro de 1997, atualizada pela Resolução ANEEL nº 044, de 17 de março de 1999.

A partir do exercício de 2007, a despesa de depreciação será calculada de acordo com as taxas estabelecidas na Resolução Normativa nº 240 da ANEEL, emitida em 05 de dezembro de 2006.

Em função do disposto nos itens 4 e 11 da Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Mesmo procedimento foi adotado até 31 de dezembro de 1998 para os juros computados sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

A empresa revisa a realização dos ativos de longo prazo a serem utilizados no negócio, para fins de cálculo e determinação do grau de deterioração, em base recorrente, ou quando situações ou mudanças nas condições indicarem que o valor contábil de um bem ou grupo de bens não poderá ser recuperado. A deterioração é avaliada com base na projeção dos encargos de depreciação a serem recuperados por meio dos resultados das operações. A baixa do valor contábil dos bens ou grupo de bens é realizada quando apropriado.

g. Empréstimos e financiamentos e outras obrigações

Os contratos de empréstimos e financiamentos e outras obrigações são atualizados pelas variações monetárias, incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente.

Outras obrigações estão atualizadas com base nos indexadores aplicáveis, incluindo juros e demais encargos previstos legal ou contratualmente.

h. Outros direitos e obrigações

Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigido.

i. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são registrados pela Empresa, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais.

j. Provisões para contingências

Estão registradas até a data do balanço pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência.

k. Planos de benefícios pós-aposentadoria

A Empresa patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP. Os passivos atuariais foram calculados adotando o método de crédito unitário projetado, conforme previsto na Deliberação CVM nº 371/2000.

l. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

m. Estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da Empresa, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

n. Prejuízo por ação

Determinado com base na quantidade de ações do capital social integralizado em circulação na data do balanço.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Tipo de Aplicação	2006	2005
Banco Nossa Caixa S.A.	FIF	5.342	10.509

Saldos de aplicações concentradas no FIF - Estatal do Banco Nossa Caixa S.A., lastreadas pelo CDI, sem vencimento, conforme Decreto Estadual nº 43.060, de 27 de abril de 1998 e Resolução SF-39, de 28 de dezembro de 2000 da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.

5. REVENDEDORES E CONSUMIDORES

	2006	2005
a) Suprimento de Energia		
ELETROPAULO	—	5.520
BANDEIRANTE	—	1.815
PIRATININGA	—	1.835
CCEAR - Leilão de Energia	7.833	5.090
	<u>7.833</u>	<u>14.260</u>
b) Fornecimento		
PARAMOUNT (Antiga Karibé)	579	252
	<u>579</u>	<u>252</u>

Composição por vencimento:

	2006		2005	
	Vencidos até 90 Dias (1)	Total	Vencidos até 90 Dias (1)	Total
Revendedores	7.833	7.833	—	14.260
Consumidores	281	298	579	252
	<u>8.114</u>	<u>8.412</u>	<u>8.412</u>	<u>14.512</u>

(1) Valor vencido em 31 de dezembro de 2006 e recebido em 02 de janeiro de 2007.

6. VALORES A RECEBER - ENERGIA LIVRE

O Acordo Geral do Setor Elétrico Brasileiro foi instituído por ocasião do período de racionamento (2001/2002), implantado face às condições hidrológicas desfavoráveis e ao baixo nível de armazenamento dos reservatórios de várias regiões do país, inclusive a região Sudeste, onde se encontra a EMAE, no qual o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS restringiu a geração de origem hidráulica e acionou os Geradores Livres (produtores que dispunham de energia não contratada).

A remuneração desses Geradores Livres foi baseada nos preços praticados pelo MAE e este custo foi dividido entre os geradores do sistema, proporcionalmente à energia assegurada de cada um, sendo que a EMAE respondeu, à época por cerca de 1,3% (informação não auditada pelos auditores independentes) da energia assegurada do país.

O saldo a receber referente a estes créditos (ativo) está sendo recuperado pela "Recomposição Tarifária Extraordinária e RNE", recebida mensalmente das distribuidoras. Com estes recursos, a EMAE amortiza parcelas dos contratos firmados com o BTEF (Nota 15).

A Empresa atualiza o saldo conforme orientação do Ofício Circular ANEEL nº 2.212, de 20 de dezembro de 2005, complementado pelo Ofício Circular ANEEL nº 74, de 23 de janeiro de 2006, os quais definiram que sobre o montante financiado pelo BNDES, que corresponde a 87,06% dos valores homologados pela ANEEL, deve incidir a Selic pela taxa simples capitalizada mensalmente, mais 1% a.a., e sobre os 12,94% não financiados, incide apenas a remuneração pela taxa Selic divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Composição dos saldos atualizados até 31/12/2006:

Distribuidoras	Saldos	Distribuidoras	Saldos
CEMIG	6.507	PIRATININGA	1.111
ELETROPAULO	4.718	COSERN	700
LIGHT	4.652	CEB-BRASÍLIA	677
ELETRONORTE	4.324	ELEKTRO	497
CPFL - PAULISTA	3.218	CELPA	458
COELBA	1.858	CEPSA	427
EBE	1.630	ENERSUL	394
CERJ	1.592	SALPA	368
CELPE	1.276	CESP	280
ESCELSA	1.269	CAIUÁ	228
COELCE	1.172	CHESF D	217
		CEMAR	4

Valores a receber - Energia livre	38.309
Provisão para realização de créditos	(25.801)
	<u>12.508</u>

A EMAE, com base em projeções internas, constituiu provisão de R\$ 25.801 (R\$ 19.892 registrado no ativo circulante e R\$ 5.909 no ativo não circulante) para a realização desses créditos em contrapartida do resultado e buscará seus direitos legais para o efetivo recebimento desses créditos junto à Agência Reguladora e o Ministério de Minas e Energia, baseada na legislação que estabeleceu o Acordo Geral do Setor Elétrico.

Em 2005, o saldo de valores a receber - energia livre era de R\$ 43.702 e a provisão para realização de créditos de R\$ 12.097.

7. ENERGIA DE CURTO PRAZO - CCEE

Representam as variações apuradas mensalmente, resultantes do balanço processado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, entre compromissos assumidos pela EMAE com seu mercado e demais agentes versus o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No exercício de 2006 foram apropriados (registrados) volumes de energia de curto prazo vendidos e adquiridos no âmbito do mercado através da CCEE, necessários para atender às quantidades vendidas (compromissadas) às empresas clientes da EMAE e também às necessidades operacionais do Sistema Interligado Nacional - SIN (Notas 21.3 e 21.4).

8. VALORES A RECEBER

Saldo a receber do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, conforme Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Dívida celebrado em 09 de novembro de 2004, para recebimento em 120 parcelas mensais, atualizadas pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo e juros de 6% ao ano.

Contrato	2006			2005
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
	—	70.305	70.305	93.436

Em 21/07/2006, com a anuência do DAEE, foi assinado o instrumento de cessão de parte destes créditos a favor da CESP - Companhia Energética de São Paulo, (empresa controlada pelo Governo do Estado de São Paulo), no montante de R\$ 20.000, transferindo o direito de recebimento de aproximadamente 24 parcelas.

9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	2006	2005
Circulante		
Imposto de renda sobre aplicações financeiras (a)	895	981
Imposto de renda a compensar (b)	1.519	1.675
Contribuição social a compensar (b)	408	408
COFINS/PIS/CSLL/IR - Lei nº 10.833/03 (c)	1.329	192
Créditos de ICMS (d)	60	5.811
Outros	489	201
	<u>4.700</u>	<u>9.268</u>
Não circulante		
Créditos de ICMS (d)	2.602	—
	<u>7.302</u>	<u>9.268</u>

- (a) Créditos de imposto de renda decorrentes de retenção na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras.
(b) Saldo remanescente de créditos de imposto de renda e contribuição social atualizados pela Selic, os quais são compensáveis com recolhimentos de tributos e contribuições sociais com a Secretaria da Receita Federal.
(c) Refere-se a saldos de créditos de COFINS, PIS, CSLL e IR, provenientes de retenções por parte de tomadores de serviços, nos casos de fornecimento de energia elétrica e serviços prestados, conforme dispõe a Lei nº 10.833/03. Esses créditos serão compensados com tributos da mesma natureza vencidos no próximo exercício.
(d) Saldo de crédito de ICMS referente a aquisições de óleo combustível.

10. CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	2006		2005	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(81.642)	(48.156)	(81.642)	(48.156)
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social nominais	20.411	12.039	7.348	4.334
Adições temporárias	(7.405)	(590)	(2.665)	(212)
Adições permanentes	(2.301)	(2.245)	(4.346)	(1.556)
Exclusões	5.184	4.480	1.866	1.612
Créditos tributários do exercício 2006/2005 (Nota 10.2)	15.889	13.684	2.203	4.178
Provisão prejuízo fiscal e base negativa 2006/2005	(15.889)	(13.684)	(2.203)	(4.178)
	—	—	—	—
Realização de crédito tributário/fiscal diferido - Fundação CESP	(3.998)	(4.122)	(1.440)	(1.484)
Constituição de créditos - Diferenças intertemporais	6.018	507	2.167	182
Total de créditos tributários realizados	<u>2.020</u>	<u>(3.615)</u>	<u>727</u>	<u>(1.302)</u>
Efeito do Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	<u>2.020</u>	<u>(3.615)</u>	<u>727</u>	<u>(1.302)</u>

10.2 Créditos Tributários

	2006	2005
Imposto de Renda		
Provisões temporariamente indedutíveis - Fundação CESP (a)	11.563	15.561
Diferenças temporariamente indedutíveis - Diversas (b)	12.343	6.325
Prejuízo fiscal do exercício - 2003, 2005 e 2006 (c)	30.762	19.264
Contribuição Social		
Provisões temporariamente indedutíveis - Fundação CESP (a)	4.162	5.602
Diferenças temporariamente indedutíveis - Diversas (b)	4.443	2.276
Base negativa do exercício - 2003, 2005 e 2006 (c)	8.953	5.148
	<u>72.226</u>	<u>54.176</u>
Provisão para créditos tributários	(39.715)	(24.412)
	<u>32.511</u>	<u>29.764</u>

(a) No exercício de 2001, foram contabilizados R\$ 40.158 em contrapartida de lucros acumulados, relativos a créditos fiscais temporariamente indedutíveis a título de imposto de renda e contribuição social, conforme Deliberação CVM 273/98. A quase totalidade dos créditos está constituída à alíquota de 34% sobre o valor do Ativo Diferido (baixado em 2001 contra lucros acumulados) referente a Déficit Previdenciário junto à Fundação CESP (reconhecido em 1997 no passivo), em cumprimento à determinação prevista na Deliberação CVM nº 371/2000. A realização desses créditos fiscais ocorre com base nas amortizações mensais do contrato entre a EMAE e a Fundação CESP (Nota 16).

Foi realizado no ano o montante de R\$ 5.438, sendo R\$ 1.440 de Contribuição Social e R\$ 3.998 de Imposto de Renda, do saldo desses créditos fiscais.

A Administração, com base na expectativa de amortizações do contrato com a Fundação CESP, estima que esses créditos serão realizados conforme cronograma a seguir:

Exercício	2007	2008	2009	2010
-----------	------	------	------	------

continuação



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.sp.gov.br

SECRETARIA DE
SANEAMENTO E ENERGIA



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente apresenta-se o imobilizado em serviço por tipo de bens:

	2006		2005	
	Custo Original	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Em Serviço				
Intangíveis	21.980	(755)	21.225	21.366
Terrenos	6.924	-	6.924	6.924
Reservatórios, barragens e adutoras	698.111	(312.350)	385.761	397.429
Edificações, obras civis e benfeitorias	108.581	(64.825)	44.036	27.866
Máquinas e equipamentos	655.828	(337.928)	317.898	321.142
Veículos	4.198	(3.189)	1.009	1.270
Móveis e utensílios	2.035	(1.582)	453	608
	<u>1.497.955</u>	<u>(720.649)</u>	<u>777.306</u>	<u>776.605</u>

12.1 Condições de Energia Elétrica

As concessões de Geração de Energia Elétrica da EMAE remontam à primeira metade do século passado, tendo sido originariamente concedidas a então São Paulo Tramway Light and Power, posteriormente transformada na Light Serviços de Eletricidade. Em 1981, quando da constituição da antiga Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., os bens pertencentes ao subsistema São Paulo da Light passaram por processo de renovação de concessão, concluído em 1982. Tais direitos foram transferidos à EMAE por ocasião da cisão da Eletropaulo, em 1º de janeiro de 1998, tendo sido formalizados em 2004 mediante Contrato de Concessão assinado em 11 de novembro de 2004, abrangendo as seguintes concessões de geração de energia elétrica:

Usinas	Rios	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médios)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Hidrelétricas					
UHE Henry Borden	Rio das Pedras	889,00	108,0	01/12/1982	30/11/2012
UHE Porto Góes	Tietê	24,80	19,9	01/12/1982	30/11/2012
UHE Raagão	Tietê	22,00	17,6	01/12/1982	30/11/2012
UHE Izabel	Ribeirão Grande	2,64	0,6	01/12/1982	30/11/2012
UHE Edgard de Souza	Tietê	11,00	-	01/12/1982	30/11/2012
Termelétricas					
UTE Piratininga		472,00	(a) 345,0	07/05/1951	07/07/2015
		<u>1.421,44</u>	<u>491,1</u>		

(a) Para usinas termelétricas, a nomenclatura utilizada é "Garantia Física", conforme Portaria nº 303/MME, de 18/11/2004, representando a quantidade de energia disponível para comercialização.

12.2 Condições de Renovação

O prazo das concessões poderá ser prorrogado por período de até 20 anos, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento da EMAE e ser apresentado até 36 meses antes do término da respectiva concessão, desde que a exploração das usinas esteja nas condições estabelecidas no Contrato de Concessão, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores.

12.3 Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizadas na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 020/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis a concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

12.4 Capacidade de Recuperação Através de Operações Futuras

As concessões de geração de energia elétrica da EMAE foram outorgadas por usina, sendo os bens que compõem seu ativo imobilizado registrados em estrita consonância com as práticas contábeis adotadas no País e com as normas específicas para o setor Elétrico emanadas da ANEEL. A Legislação Brasileira, em particular os Decretos nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, ambos em vigor e sob a égide dos quais foram outorgadas as concessões das usinas com aproveitamentos hidrelétricos da EMAE, assegura a recuperação integral do investimento realizado em bens e instalações do serviço durante a concessão, pelos valores consignados nas demonstrações financeiras. Havendo resíduo de investimentos a recuperar ao final da concessão, este será indenizado ao concessionário pela reversão dos bens e instalações existentes, mediante recursos da Reserva Global de Reversão, nos termos dos artigos 33, 91 e demais artigos correlatos do Decreto nº 41.019.

13. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	2006	2005
Provisão de férias e gratificação de férias	5.195	4.978
Encargos sociais sobre férias	1.964	1.881
Outras provisões sobre folha	67	849
	<u>7.226</u>	<u>7.708</u>

14. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2006	2005
Circulante		
COFINS s/ receitas	1.166	1.274
PIS s/ receitas	253	277
Encargos sociais s/ folha de pagamento - Empresa	1.896	1.853
IPTU - REFIS (1)	1.164	1.106
IPTU - REFIS (2)	114	354
Outros	411	354
	<u>5.004</u>	<u>4.864</u>
Não circulante		
IPTU - REFIS (1)	3.881	4.793
IPTU - REFIS (2)	410	-
COFINS e PIS - Diferidos	4.291	1.580
	<u>9.295</u>	<u>11.237</u>

(1) Refere-se à saldo de parcelamento de IPTU com a Prefeitura do Município de São Paulo, com amortização em 120 parcelas mensais, a partir de maio de 2001.

(2) Refere-se à saldo de parcelamento de IPTU com a Prefeitura do Município de Santana do Parnaíba, com amortização em 60 parcelas mensais, a partir de agosto de 2006.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2006		2005	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Contrato BNDES de 23/12/2002 (a)	4.632	772	5.404	9.306
Contrato BNDES de 01/07/2003 (a)	7.091	1.162	8.253	14.244
Notas promissórias (b)	20.130	-	20.130	-
	<u>31.853</u>	<u>1.954</u>	<u>33.807</u>	<u>23.550</u>

(a) Contratos de financiamento, celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para pagamento em 60 meses e 55 meses, com início em abril e agosto de 2003, respectivamente, com juros de 1% a.a. (a título de "spread"), acima da Selic, que estão sendo amortizados com os recursos recebidos das distribuidoras por conta da Reconposição Tarifária Extraordinária - RTE (Nota 6).

Os recursos oriundos desses contratos foram utilizados integralmente na liquidação dos débitos de energia de geradores livres e energia de curto prazo decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico (Nota 6).

(b) Emissão Pública, em 14/12/2006, de 20 Notas Promissórias no valor nominal unitário de R\$ 1 milhão, remuneradas pela variação do CDI, acrescidas de juros de 4% a.a., com prazo de vencimento de 180 dias, com o Banco ABC Brasil S.A. Haverá resgate antecipado obrigatório caso, antes da data de vencimento, a EMAE conclua a estruturação de um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC).

16. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

Credor	Objeto	2006		2005	
		Circulante	Não Circulante	Total	Total
FUNDAÇÃO CESP	- Benefício Suplementar Proporcional Saldo - BSPS	17.754	110.107	127.861	139.445
	- Ajuste deliberação CVM 371/2000	-	(6.878)	(6.878)	-
		<u>17.754</u>	<u>103.229</u>	<u>121.183</u>	<u>139.445</u>

Refere-se a saldo de contrato celebrado em 30 de setembro de 1997, para cobertura de déficit técnico atuarial existente junto à Fundação CESP, de parcelamento relativo ao "benefício suplementar proporcional saldo" - BSPS, em 240 parcelas mensais, atualizado pela variação do custo atuarial (variação do IGP-DI acrescido de juros de 6% a.a.), ou pela variação da TR acrescida de juros de 8% a.a., sendo aplicado o maior dos dois índices. Em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 os ajustes foram efetuados pelo custo de TR acrescida de juros de 8% a.a., que totalizaram 10,20% e 11,06%, respectivamente.

17. TAXAS REGULAMENTARES/PASSIVO REGULATÓRIO

	2006	2005
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Quota mensal	128	220
- Diferença de quotas - 2003/2004	10	136
- Diferença de quotas - 2005 (1)	1.026	-
- Diferença de quotas - 2006 (2)	1.537	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	766	554
Taxa de fiscalização - ANEEL	47	94
Quota para P&D - FNDCT (3)	615	1.095
Quota para P&D - EPE (3)	676	576
P&D - Recursos para projetos (3)	1.578	1.152
Passivo regulatório - COFINS/PIS (4)	3.187	-
	<u>9.570</u>	<u>3.827</u>

(1) Através do Despacho ANEEL nº 053 de 12 de janeiro de 2007, foi fixado o parcelamento em 12 meses, com início de pagamento em fevereiro de 2007.

(2) Diferença de recolhimentos de 2006, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL.

(3) Referem-se ao saldo das quotas de P&D - Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento a serem recolhidas pela Empresa em 2007, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, para a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, bem como saldo de recursos destinados a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

(4) Saldo decorrente da majoração das alíquotas de PIS e COFINS, em 2003 e 2004, respectivamente. Face à edição da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, artigo 109, a ANEEL determinou a devolução deste valor em 12 parcelas às distribuidoras, através das Resoluções Homologatórias nº 356, de 03/07/2006, nº 384 e nº 386, de 19/10/2006.

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Empresa responde por diversos processos e procedimentos administrativos perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista e cíveis, advindos do curso normal de seus negócios.

	2006		2005	
	Valor da Provisão No Exercício	Acumulada	Valor da Provisão No Exercício	Acumulada
Circulante				
Trabalhistas				
Diversas	210	1.299	123	1.089
Não circulante				
Trabalhistas				
Periculosidade	756	9.081	766	8.325
Diversas	(598)	2.740	(310)	3.338
Cíveis	(1.576)	337	693	1.913
Tributárias	1.957	1.957	-	-
	539	14.115	1.149	13.576
	<u>749</u>	<u>15.414</u>	<u>1.272</u>	<u>14.685</u>

Periculosidade - Inclui principalmente contingência de processo trabalhista - periculosidade, ajuizado pelos empregados, através do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, em 07/07/1999, no valor de R\$ 8.894 em 31/12/2006.

Diversas - Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados as quais requerem, em geral, o pagamento de horas extras, equiparação salarial, insalubridade e outras questões.

Cíveis - Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial.

Tributárias - Referem-se a ações de natureza tributária movidas contra a Empresa.

A Administração da Empresa, embasada em parecer de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

A Empresa possui registrado no ativo não circulante o montante de R\$ 2.899 (R\$ 3.857 em 2005), em depósitos judiciais envolvendo alguns processos cíveis e trabalhistas.

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Refere-se aos recursos derivados da Reserva Global para Reversão e Amortização constituída até 31 de dezembro de 1971, nos termos do Regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957), aplicados até aquela data na exploração do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre este saldo são calculados juros sobre RGR (Nota 23).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.369 mil ações ordinárias e 22.241.713 mil ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Os principais acionistas em 31 de dezembro de 2006 são:

	Quantidades de Ações - Em milhares			
	Ordinárias	%	Preferenciais	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:				
Fazenda do Estado de São Paulo	7.564.372	51,44	-	7.564.372
Companhia Energética de São Paulo - CESP (*)	6.790.165	46,17	6.170	0,03
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ	350.832	2,39	-	350.832
	<u>14.705.369</u>	<u>100,00</u>	<u>6.170</u>	<u>0,03</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ELETROBRÁS	-	-	14.416.334	64,82
Lightpar - Light Participações S.A.	-	-	523.911	2,36
Universidade de São Paulo - USP	-	-	80.303	0,36
Outros	-	-	7.214.995	32,43
	<u>14.705.369</u>	<u>100,00</u>	<u>22.241.713</u>	<u>100,00</u>

(*) Em 09 de setembro de 2005, foi efetivada a transferência de 6.784.470.012 ações ordinárias do acionista controlador para a CESP, companhia também controlada pelo Governo do Estado.

20.2 Direitos das Ações

Conforme disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Empresa, as ações preferenciais têm as seguintes características:

(I) prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade;

(II) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie;

(III) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;

(IV) direito de eleger e destituir um membro do Conselho de Administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

Artigo 6º Cada ação ordinária nominativa terá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Artigo 32º Do lucro líquido ajustado na forma da lei, será distribuído um dividendo de no mínimo 25%, assegurando à ações preferenciais, a vantagem de percepção de dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

As ações preferenciais é conferido o direito previsto no artigo 111, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76.

21. RECEITAS DE VENDA, CUSTO DE COMPRA DE ENERGIA E USO DA REDE ELÉTRICA

21.1 Contratos Iniciais

De acordo com as regras do Modelo do Setor Elétrico Brasileiro e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, os contratos iniciais de suprimento de energia com as Distribuidoras Eletropaulo Metropolitana, Bandeirante Energia e CPFL Piratininga (limitados a 25% em suas quantidades físicas no ano de 2005) encerraram-se em 31 de dezembro de 2005.

As parcelas de energia elétrica descontraçadas dos contratos iniciais estão sendo comercializadas com as Distribuidoras, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR e com as Comercializadoras e os Consumidores Livres no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

21.2 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's e Atualização de Preços

A EMAE iniciou em 2005, o atendimento dos contratos com 35 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência do 1º Leilão de Empreendimentos Existentes realizado em 7 de dezembro de 2004 (Nota 1).

Esses contratos têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, que está sendo aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Concessionárias	Mês de Reajuste	Produto 2005-2012	Produto 2006-2013	(%) de Reajuste
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	64,68	73,58	6,31
Ampla	Março	64,95	73,88	6,75
Enersul, Cemart, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energipe e Celpe	Abril	65,23	74,20	7,21
Nacional, Caluá, Vale Paranapanema e Bragança	Maio	65,36	74,35	7,43
Cataguazes e Copei	Junho	65,43	74,43	7,54
Celins e Eletropaulo	Julho	65,29	74,27	7,31
Celesco, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	65,41	74,41	7,52
Celg	Setembro	65,45	74,45	7,57
Bandeirante, CEEE e Piratininga	Outubro	65,58	74,61	7,80
Light	Novembro	65,80	74,85	8,15

A EMAE iniciou em 2006, suprimento às Distribuidoras CEEE, CELB, CELESC, COELBA, CPFL, CPFL Piratininga e CLFSC, referente aos contratos do 3º Leilão de Energia Existente realizado em 11 de outubro de 2005, pelo preço de R\$ 63,24 (Nota 1).

21.3 Energia Elétrica Vendida

	MWh (*)		R\$ mil	
	2006	2005	2006	2005
Fornecimento (1)				
PARAMOUNT (antiga KARIBE)	43.800	43.800	3.531	3.024
Suprimento				
Contratos Iniciais (2)				
ELETROPAULO	-	560.640	-	47.720
BANDEIRANTE	-	181.770	-	15.484
PIRATININGA	-	177.390	-	15.017
Outros - Ajuste	-	-	-	(125)
	-	<u>919.800</u>	-	<u>78.996</u>
Leilão de Energia				
Concessionárias diversas	1.003.085	731.564	64.623	44.511
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (3)				
Energia de curto prazo	-	-	53.648	35.066
Total	<u>1</u>			

→ continuação



EMAЕ - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.sp.gov.br

SECRETARIA DE
SANEAMENTO E ENERGIA



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
TRABALHANDO POR VOCÊ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. PLANOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO AOS EMPREGADOS

Através da Fundação CESP são mantidos planos de suplementação de aposentadorias e pensão aos empregados da EMAE. A entidade patrocinadora é a própria EMAE, utilizando o regime financeiro de capitalização. O valor presente dos benefícios a serem pagos, menos o valor presente das contribuições futuras, determinam as necessidades de reservas.

Durante o ano de 1997, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, o plano foi reformulado com o objetivo de equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Adicionalmente a EMAE oferece a seus empregados outros benefícios, como assistência médica e odontológica, os quais também são administrados pela Fundação CESP.

24.1 Plano "B" e "B1" - Suplementação de Aposentadoria

Em decorrência do saldamento do Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BPS (Plano B) existente com a Fundação CESP, foi criado o Plano B1 de benefícios (em substituição ao Plano B), com vigência a partir de 1º de janeiro de 1998.

O custeio do Plano B1 ocorre por contribuições paritárias entre a Empresa e os empregados. As taxas de custeio são reavaliadas, anualmente, por consultores atuariais independentes.

Os benefícios do Plano B anterior se mantêm idênticos para os participantes assistidos. No caso dos participantes não assistidos, as reservas correspondentes aos mesmos foram salidas pela patrocinadora em 31 de março de 1998 e os benefícios serão pagos aos participantes, também na forma de renda vitalícia, quando do início do prazo de suas aposentadorias. O saldo do Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BPS é corrigido até a data do início dos pagamentos dos benefícios pelo IGP-DI publicado pela Fundação Getúlio Vargas e quando do início da concessão dos benefícios de acordo com o mesmo índice, nas mesmas datas em que forem reajustados os benefícios da Previdência Social.

24.2 Deliberação CVM nº 371 - Contabilização dos Planos de Pensão

Com o advento da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, a EMAE vem registrando os ajustes dos passivos a esses planos diretamente no resultado.

Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado, estando os ativos dos planos posicionados em 31 de dezembro de 2006.

Demonstramos a seguir a situação dos Planos da Empresa em 31 de dezembro de 2006 e 2005, no que se refere aos riscos de morte e invalidez dos participantes, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 371/00:

a) Conciliação dos ativos e passivos

	2006	2005
Valor justo dos ativos	308.385	261.411
Total do passivo atuarial	(423.846)	(397.718)
Perdas (ganhos) a serem reconhecidos em exercícios futuros (*)	-	(3.138)
Passivo líquido	(115.461)	(139.445)

(*) A partir do exercício de 2006, a Empresa optou por deixar de diferir os ganhos ou perdas atuariais futuros, passando a reconhecê-los imediatamente no resultado do exercício.

b) Movimentação do passivo atuarial

	2006	2005
Valor presente da obrigação atuarial total líquida (31/12/2005)	397.718	364.680
Custo dos serviços correntes	2.108	2.309
Custo dos juros	49.158	47.007
Perda atuarial	(5.667)	3.439
Benefícios pagos	(19.610)	(20.093)
Transferência de Contrib. Definida a Benefício Definido (CD a BD)	139	376
Valor presente da obrigação atuarial total líquida (31/12/2006)	423.846	397.718

c) Movimentação do ativo do plano

	2006	2005
Valor justo do ativo do plano (31/12/2005)	261.411	228.524
Contribuição do empregador	18.408	19.148
Contribuições dos empregados	1.227	1.205
Retorno ocorrido dos investimentos	46.810	32.251
Benefícios pagos	(19.610)	(20.093)
Transferência de CD a BD	139	376
Valor justo do ativo do plano (31/12/2006)	308.385	261.411

d) Despesa prevista

	2007
Custo do serviço	2.065
Custo dos juros	52.387
Retorno dos investimentos	(41.385)
Contribuição esperada dos empregados	(877)
Total	12.190

e) Premissas atuariais

	2006	2005
Taxa nominal utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	12,36%	12,36%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	13,42%	12,36%
Taxa de crescimento salarial futuro	7,12%	9,18%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	6,00%	6,00%
Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo	0,9681	0,9681
Taxa de rotatividade	nula	nula
Tábua de mortalidade	GAM - 83	GAM - 83
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT-MÉDIA	LIGHT-MÉDIA
Tábua de mortalidade de ativos	Método de Hamza	Método de Hamza
Nº de participantes ativos	839	859
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	382	365
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	28	27
Nº de participantes inativos - pensionistas	28	26

25. SEGUROS

Com base em estudos de consultoria especializada, a Administração da Empresa optou por manter apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades	08/02/2006	08/02/2007	4.200	130
Responsabilidade Civil Geral - Danos Causados por Emarcações	30/11/2006	30/11/2007	237	1
			4.437	131

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerando os termos da Instrução CVM nº 235/95, a Empresa procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

26.1 Considerações sobre Riscos

O negócio da Empresa compreende principalmente a geração de energia para venda a empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

Risco de Crédito:

O risco surge da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Empresa como baixo, tendo em vista a existência de garantias contratuais na qualidade de concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização da ANEEL, inclusive com a possibilidade de intervenção na concessão, e pelo fato de não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis.

26.2 Valorização dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Empresa em 31 de dezembro de 2006 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

a) Disponibilidades/Aplicações financeiras - Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Empresa.

b) Valores a receber - Energia livre e Valores a pagar - energia - Estes créditos e débitos decorrem basicamente da venda de energia livre durante o período de racionamento e de transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo MAE) e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas pelo MAE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data do balanço.

A Empresa não mantém transações com instrumentos financeiros derivativos à data de suas demonstrações financeiras.

27. FATOS RELEVANTES

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - FIDC

Em 14 de setembro de 2006, a EMAE concedeu mandato ao Banco ABC Brasil para a estruturação, coordenação e lançamento de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, no montante de até R\$ 70 milhões, ao amparo das Instruções CVM nº 356/2001, 393/2003 e 400/2003.

A operação contempla um adiantamento de recursos, na forma de Empréstimo-Ponte, no montante de R\$ 20 milhões, já ingressado em 14 de dezembro de 2006, que será liquidado quando da integralização das Quotas do referido Fundo.

A documentação do pedido de registro na Comissão de Valores Mobiliários - CMV foi protocolada em 05 de março de 2007, com previsão de lançamento para abril de 2007.

INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

ANEXO I DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores em milhares de reais)		ANEXO II DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores em milhares de reais)	
	2006	2005	
Caixa gerado pelas atividades operacionais:			GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Prejuízo do exercício	(78.895)	(53.073)	Receitas
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa proveniente das operações:			Receitas operacionais
Depreciação	38.008	37.596	134.986
Variações monetárias de itens de longo prazo	5.509	11.071	Provisão p/créditos de liquidação duvidosa - apropriação/reversão
Superávit técnico atuarial - Fundação CESP	(12.846)	(7.843)	(10)
Baixas do ativo imobilizado	105	5	Resultado não operacional
Baixas do investimento	353	56	(341)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.747)	4.917	134.635
Provisão para realização de créditos	935	-	197.189
Provisão para contingências	3.240	1.459	Menos:
(-) Reversão de provisões para contingências	(2.167)	(310)	Insumos
Impostos, taxas e contribuições	458	-	Energia de curto prazo - CCEE
Execuções de cauções e depósitos vinculados a litígios	1.375	838	956
Provisões não operacionais - FINAM	-	1.755	Combustível p/produção de energia - CCC
Variação de ativos e passivos operacionais:			25.768
Contas a receber de revendedores	6.427	13.803	Encargos de uso da rede elétrica
Contas a receber de consumidores	(327)	82	10.921
Valores a receber - Energia livre	20.680	7.220	Serviços de terceiros
Energia de curto prazo - CCEE	(756)	-	5.821
Valores a receber - DAEE	30.780	8.460	Materiais
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	(353)	6.444
Renda da prestação de serviços	(520)	-	70.196
Tributos e contribuições compensáveis	1.967	2.002	64.439
Estoques	664	(368)	VALOR ADICIONADO BRUTO
Despesas antecipadas	3.521	(3.508)	26.431
Outros créditos	2.590	(1.197)	Retenções
Cauções e depósitos vinculados	(417)	(381)	Depreciação
Fornecedores	(2.958)	(1.136)	(38.008)
Folha de pagamento	2	(345)	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO
Obrigações estimadas - folha de pagamento	(482)	123	26.431
Tributos e contribuições sociais	(3.960)	(3.111)	TRANSFERÊNCIAS
Juros pagos e incorridos	(3.101)	(5.644)	Receitas financeiras
Entidade de previdência a empregados	(16.419)	(16.943)	Superávit técnico atuarial - Fundação CESP
Valores a pagar - energia	-	(4.196)	12.846
Taxas regulamentares/passivo regulatório	5.743	2.168	COFINS/PIS - Lei 11.196/05
Provisão para contingências	(324)	123	5.953
Outros passivos	76	(253)	Passivo/Ativo regulatório - COFINS/PIS
	(3.476)	(6.983)	Provisão p/ realização de créditos
			(13.713)
			Créditos fiscais diferidos (constituição/realização)
			2.747
			21.363
			47.794
			VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR
			69.186
			DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO
			Pessoal:
			Remuneração do trabalho e benefícios (exceto INSS)
			70.664
			Entidade de previdência a empregados - Contribuição ao Plano
			2.505
			Entidade de previdência a empregados - Contrato (nota 14)
			11.070
			84.239
			Financiadores e alugueis:
			Juros e encargos de dívidas
			5.394
			Variações monetárias líquidas
			1.892
			Arrendamentos e alugueis
			862
			8.148
			Encargos setoriais:
			Quota para reserva global de reversão - RGR
			4.095
			Compensação financeira p/utilização de recursos hídricos
			4.619
			Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica
			566
			Pesquisa e Desenvolvimento - P&D
			1.656
			10.936
			Governos:
			COFINS/PIS
			12.122
			ICMS
			636
			ISS
			610
			CPMF
			982
			INSS
			9.016
			23.366
			126.689
			122.259
			Prejuízo do exercício
			(78.895)
			47.794
			69.186

continua →

 SECRETARIA DE SANEAMENTO E ENERGIA		 GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO <small>TRABALHANDO POR VOCÊ</small>
EMAë - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. <small>CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta http://www.emaë.sp.gov.br</small>		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
PRESIDENTE DILMA SELI PENA VICE-PRESIDENTE FRANCISCO VIDAL LUNA CONSELHEIROS ANTONIO RUBENS COSTA DE LARA FLÁVIO CAPELLO HUMBERTO RODRIGUES DA SILVA JOÃO RUY CASTELO BRANCO DE CASTRO LUIZ FELIPE FRANCO SOUTELLO SÉRGIO SEBASTIÃO PEREIRA ZOLA CARLOS ROGÉRIO ARAÚJO JOÃO FRANCISCO APRÁ JOSÉ ROBERTO ANDRADE NELSON LUIZ RODRIGUES NUCCI		Aos Acionistas e Administradores da EMAë - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. São Paulo - SP 1. Examinamos os balanços patrimoniais da EMAë - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. , levantados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. 3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMAë - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 4. As informações suplementares contidas nos Anexos I e II, referentes, respectivamente, às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas informações foram por nós examinadas de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. 5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Empresa avalia no momento os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo novo Modelo Setorial, e as recentes experiências com os leilões de energia. A avaliação da Administração da Empresa é de que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente, além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas da Empresa, para permitir rentabilidade às suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta a R\$811.913 mil em 31 de dezembro de 2006 (R\$843.165 mil em 2005), e é composto, principalmente, pela Usina Hidrelétrica Henry Borden e pela Usina Termelétrica Piratininga. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas para empresas em regime normal de operações e não incluem nenhum ajuste em virtude dessas incertezas.
DIRETORIA GUILHERME AUGUSTO CIRNE DE TOLEDO DIRETOR PRESIDENTE VICENTE K. OKAZAKI DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES ANTONIO BOLOGNESI DIRETOR DE GERAÇÃO HILTON PAULO DA SILVA DIRETOR ADMINISTRATIVO MAURO MARQUES CONTADOR - CRC 1SP253079/P-6		
PARECER DO CONSELHO FISCAL O Conselho Fiscal da EMAë - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., dando cumprimento ao que dispõe os itens I, II, VII do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria e no Parecer dos Auditores Independentes, observado o parágrafo 5º, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas. É o Parecer. São Paulo, 20 de março de 2007 Arthur Quartim Barbosa Araújo Maria Elizabeth Domingues Cechin Vanildo Rolando Neubauer Cláudio Osvaldo Marques Mary-Annie Cairns Guerrero		São Paulo, 09 de março de 2007 Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes CRC nº 2 SP 011609/O-8 Iara Pasian Contadora CRC nº 1 SP 121517/O-3
 abrasca <small>companhia associada</small>		 BOVESPA <small>Bolsa de Valores de São Paulo</small> <small>LISTADA</small>